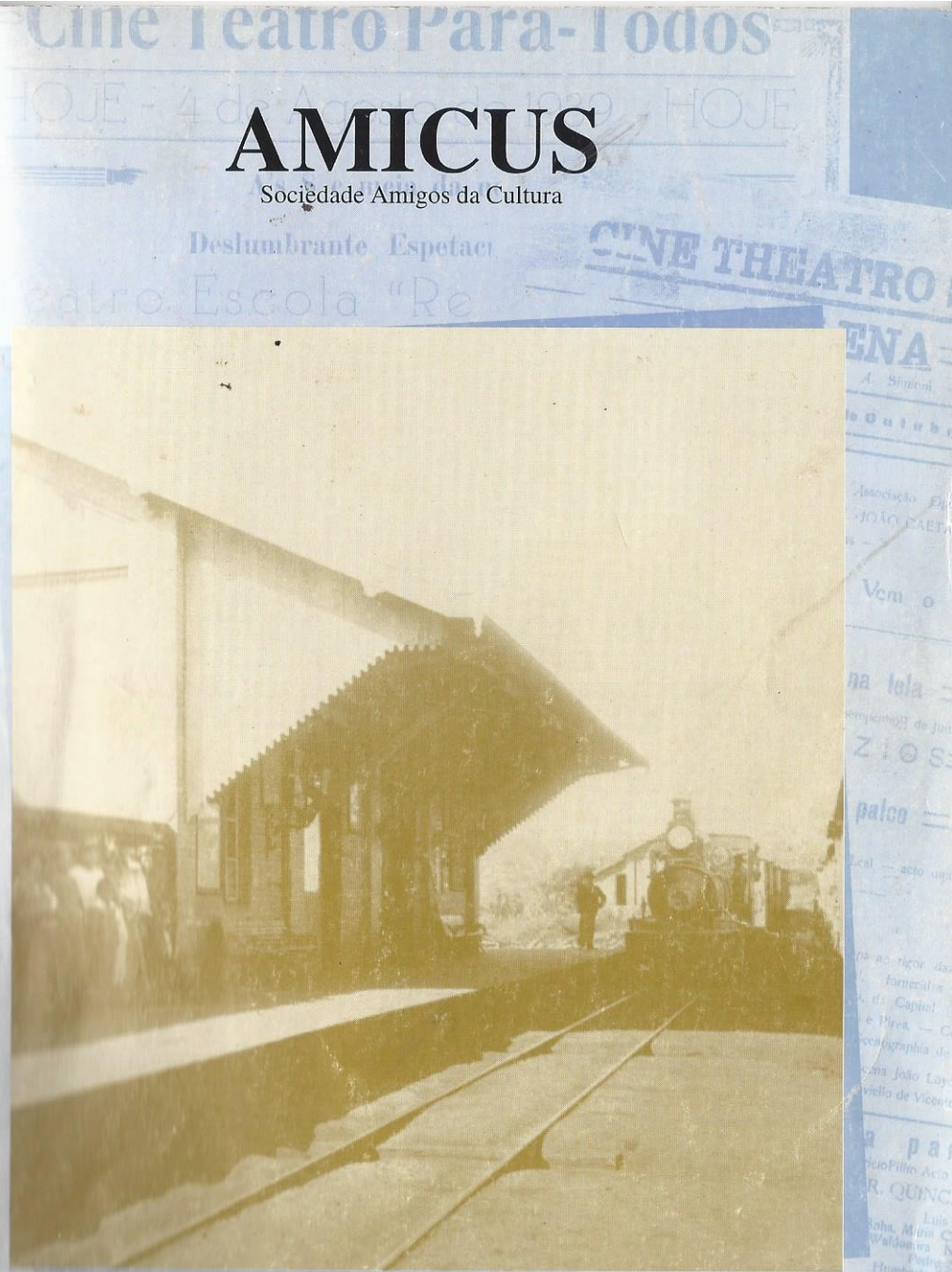




BATATAIS-SP ANO III, Nº 5 - Maio/2002



AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

*Aos amigos
carnevalistas Elmo e
Heleninha, com
afeto. Walter Carlos*

ISSN 1518-4013

AMICUS - Batatais-SP - Ano III - Nº 5 - p. 1-83
maio de 2002

NOSSA CAPA: Estação Macahubas
(Vide artigo página 7)

SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA

AMICUS

Conselho Consultivo e de Editoração
Coordenador: Walter Cardoso

Membros: Gaspar de Sousa Prado Neto
José Carlos de Medeiros Pereira
Maria Clarisse Bombonato Prado

Conselho de Publicação
Coordenador: Sérgio Corrêa Amaro

Membros: Claudete Camargo Pereira Basaglia
Clotilde de Santa Clara Medina Cardoso

Para Correspondência:
Sociedade Amigos da Cultura
Pça. Cônego Joaquim Alves, 202
CEP: 14300-000 - Batatais-SP
E-mail: amicus@netsite.com.br

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL

Nunca foi tão fácil 05

ARTIGOS / ARTICLES

Domingos Corrêa de Moraes, estadista e criador de
Macaúbas
Ary Toledo de MORAES 06

Princesa Isabel, cinqüenta anos de lutas por um ideal
Walter CARDOSO 18

A sociedade se reúne e se diverte – Teatros, cinemas
e clubes em Batatais nos inícios do século XX
Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO 32

Renato Jardim, autonomista e educador
Robson Mendonça PEREIRA
Sônia Mária de MAGALHÃES 56

SEÇÕES

TOPOGRAFIA

- As terras doadas por Germano Moreira e sua mulher
Ana Luíza ao futuro patrimônio da cidade de Batatais
Carlos Junqueira NOGUEIRA 69

DOCUMENTAÇÃO

- Os quatro heróis
Gaspar de Sousa PRADO NETO 74

GENTE DE MINHA TERRA

- João Paca
Joaquim Borges de SOUZA
José Carlos de Medeiros PEREIRA 76

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

- Espelho de se mirar e admirar
José Vanderlei MACHADO 80

ÍNDICE DE AUTORES 82

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL 83

EDITORIAL

NUNCA FOI TÃO FÁCIL...

Assuntos do maior interesse não nos faltam, e, felizmente, temos contado com excelentes colaboradores. É fácil, pois, para AMICUS, continuar cumprindo sua função de divulgador das coisas de nossa cidade.

Assim, neste número, são publicados quatro artigos: no primeiro trata-se de Domingos Corrêa de Moraes, tieteano, vice-presidente do Estado, radicado em Batatais e criador da Fazenda Macaúbas, de tanta importância em nossa história; no segundo artigo, busca-se resgatar algo sobre a Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel, texto oportuno, porque neste ano esta Sociedade comemora seu cinquentenário de fundação e porque, em nossa cidade, 2.002 é o Ano de Combate ao Preconceito Racial; no terceiro, são tratados os teatros, peças teatrais e clubes locais, criados a partir da segunda metade do século XIX. Completando a sequência de artigos, segue-se interessante trabalho, versando sobre a participação de Renato Jardim na vida política local.

A exemplo do que já fez em seus números anteriores, AMICUS traz suas seções: na primeira destas, "Topografia", trata-se do Campo Lindo das Araras, área doada por Germano Moreira para o novo estabelecimento de Batatais; na segunda, "Documento", registra-se interessante "excursão" automobilística, realizada em 1925; na terceira, "Gente de Minha Terra", a história de João Paca, um contador de "causos". Completando a sequência das seções, "Resenha Bibliográfica" traz a agradável notícia da nova Revista ESPELHO.

Como se depreende, matérias interessantes, às quais nos coube apenas enviá-las ao prelo. Assim, nunca foi tão fácil fazer uma revista ...

Walter Cardoso, Coordenador do Conselho
Consultivo e de Editoração

DOMINGOS CORRÊA DE MORAES, ENGENHEIRO, ESTADISTA E CRIADOR DA MACAÚBAS

Ary Toledo Moraes*

RESUMO: Engenheiro formado pela Cornell University, ocupou cargos importantes no serviço público. Exerceu, no impedimento do titular, a presidência do Estado de São Paulo. Foi o criador da fazenda Macaúbas, da maior importância em Batatais, sobretudo ao tempo da monocultura cafeeira.

UNITERMOS: genealogia, engenharia, política, fazenda, ferrovia.

1. Genealogia

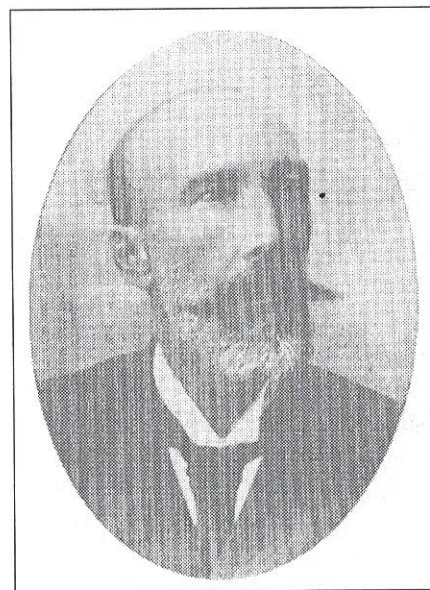
Domingos Corrêa de Moraes nasceu em Tietê, SP, em 12 de abril de 1850 e faleceu em São Paulo, em 15 de dezembro de 1917. Era filho de Joaquim Corrêa de Moraes Abreu e Thereza de Almeida de Campos Mello. Foram seus avós paternos o major José Joaquim Corrêa da Rocha e Maria Arruda Leite. Foram seus avós maternos o tenente Domingos de Almeida Campos e Maria Francisca Leite. Domingos Corrêa de Moraes casou-se com Carolina de Souza Queirós, filha do barão e da baronesa de Limeira. O casal teve os seguintes filhos:

- Fernão, que faleceu com pouca idade;
- Vicentina, falecida com quatorze anos de idade;
- Adhemar, que foi engenheiro muito conceituado em São Paulo;
- Gisela, que se casou com o advogado Nestor Henrique de Esteves Natividade, catarinense de nascimento. Pertenceu, durante alguns anos, à diretoria da Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo;
- Domingos Queirós de Moraes, engenheiro civil, construtor, electricista e fazendeiro no município de Batatais.

Segundo Pedro Taques e Silva Leme (Leme, 1980, I p. 247: Leme, 1904, VII, p.3), Domingos Corrêa de Moraes descende do tronco familiar Moraes Antas, tendo como fundador, no atual Estado de São Paulo, Balthazar de Moraes Antas e sua esposa, Brites Rodrigues Annes (1579).

*Médico formado pela Escola Paulista de Medicina, em São Paulo. Mestre pelo Department of Public Health da School of Medicine - Yale University, New Haven, USA.

2. O engenheiro, pela Cornell University



Domingos Corrêa de Moraes

Em sua juventude, Domingos Corrêa de Moraes passou a trabalhar na zona rural de Tietê, em várias fazendas, para garantir o seu sustento. Um de seus trabalhos era ir de fazenda em fazenda, equipado com um fole e formicida, a fim de extinguir formigueiros. Seu ideal, porém, era tornar-se engenheiro, o que conseguiu, graças a uma tia, que custeou seus estudos nos Estados Unidos da América. Sua ida a esse país, a fim de fazer tal curso, será compreendida se considerarmos que, por esse tempo, tais estudos eram ministrados no Rio de Janeiro, por estabelecimento de ensino militar, o que certamente não condizia com as aptidões ou tendências de todos os que pretendiam ser engenheiros. Com efeito, sabe-se que na antiga Academia Imperial da Corte, também conhecida como Academia Militar da Corte, não havia inicialmente separação entre o ensino de engenharia militar e civil. Somente em 1858 é que foi dada nova organização às escolas militares, passando a Escola Militar da corte a se denominar Escola Central, destinada à formação de engenheiros civis. O ensino militar passava para a Escola Militar e de Aplicação do Exército.

Entretanto, a Escola Central, embora formasse engenheiros civis, continuou sendo um estabelecimento onde se observavam os regulamentos militares (Telles, 1984, p. 83-4). Somente em 1873 é que passou a vigorar lei autorizando a reformulação do ensino de engenharia, criando-se, então, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, estabelecimento totalmente desvinculado do ensino militar (Telles, 1984, p. 379-80). Era justamente ao tempo em que Domingos Corrêa de Moraes concluiu seu curso e regressou ao Brasil. Para obter esse título, permaneceu ele na América

do Norte por nove anos. Durante esse tempo, ele concluiu o "High School" (que corresponde mais ou menos ao atual Ensino Médio). Em 1871, obteve o diploma de engenheiro, com especialidade em Hidráulica, pela Cornell University, na cidade de Ithaca, Estado de Nova York.

De volta ao Brasil, passou a trabalhar em São Paulo, em grandes projetos de engenharia. A fim de que melhor se possa compreender sua participação em tais empreendimentos, é oportuno traçar-se aqui um breve quadro da Província de São Paulo, a partir da década dos anos setenta do século XIX, tempos em que, passada a tormenta da Guerra do Paraguai, a Província via com justificável otimismo seu futuro promissor.

Era, pois, o advento das ferrovias, que tanto contribuíram para a expansão cafeeira e conseqüentemente enriquecimento da Província e melhoramentos urbanos da capital. A iluminação pública, que se fazia por querosene, passava, a partir de 1872, a contar com 700 lampiões a gás (Egas, 1926, I, p. 471). Nesse mesmo ano, inaugurou-se a linha de carris urbanos, tração animal, ligando o Largo do Carmo à estação ferroviária da Luz. Pouco depois, a Província passava a ser governada por João Theodoro Xavier de Mattos, que se notabilizou, sobretudo, por sua visão de urbanista. A ele se deve abertura de ruas e seus melhoramentos, como o calçamento do centro "pelo sistema de paralelepípedos" (Bruno, 1984, III, p. 970). O abastecimento de água potável, feito por meio de chafarizes, passou por reformas. Fizeram-se, então, diversos estudos para o aproveitamento do manancial da Serra da Cantareira, iniciando-se, anos depois, a construção da caixa de abastecimento da Consolação, por companhia criada para esse fim.

Esse quadro de desenvolvimento levou ricos fazendeiros do interior a construírem casas na capital, nela fixando suas residências. Conseqüentemente, fizeram-se diversos loteamentos, inclusive o do bairro de Santa Efigênia, em terras da baronesa de Limeira. Domingos Corrêa de Moraes foi encarregado de projetar e executar esse loteamento, no qual as ruas foram traçadas segundo a direção norte-sul, ao passo que as transversais, no sentido leste-oeste, conforme se fazia nos Estados Unidos.

No desempenho de sua missão, o engenheiro responsável pelas obras tinha que ir constantemente à casa da baronesa pres-

tar contas de seus serviços. Durante essas visitas, além da parte comercial e técnica, a baronesa e seu engenheiro costumavam conversar sobre política. A baronesa era monarquista ferrenha, a exemplo de seu falecido esposo Vicente de Sousa Queirós, barão de Limeira. Domingos Corrêa de Moraes defendia a República. Dos debates políticos também participavam os filhos da baronesa, em especial sua filha Carolina. O interessante é que Carolina foi se empolgando pelas idéias de Domingos Corrêa de Moraes. É provável que, a partir dessa afinidade de idéias, tenha surgido entre os dois o namoro, depois o noivado e o casamento.

Voltemos ao desenvolvimento da cidade de São Paulo e registremos que Domingos Corrêa de Moraes foi contratado como engenheiro da Companhia Cantareira e Esgotos, função que desempenhou até 1883. Mais tarde, tornou-se presidente da Companhia de Bondes de São Paulo. Posteriormente, colaborou na instalação de água encanada na cidade de Tietê, a primeira do interior paulista a receber esse melhoramento.

3. O republicano convicto

Pode-se dizer que Domingos Corrêa de Moraes herdou vocação para a vida pública, à qual se dedicou com dignidade. Seu avô, o major Corrêa Rocha, nomeado pelo governo imperial, exerceu diversos cargos públicos. Em Tietê, foi vereador nas legislaturas de 1853-1856 e de 1873-1876, além de ter ocupado o cargo de juiz, em processos de demarcação de sesmarias. Um de seus filhos, o capitão José Joaquim Corrêa de Arruda, ocupou o cargo de vereador de 1845 a 1848 e de 1853 a 1856. Foi suplente de juiz municipal em 1858. Outro filho do major Corrêa da Rocha foi o vereador Antônio José Corrêa Arruda, legislatura de 1857-1860. Quanto ao pai de Domingos Corrêa de Moraes, sabe-se que possuía fazenda e engenho de moer cana e que foi vereador de 1861 a 1864 (Almeida, 1940, v. 38, p. 87-107).

Associando essa herança política à impressão extremamente favorável causada pelo sistema político norte-americano, Domingos Corrêa de Moraes, ao regressar ao Brasil, tornara-se republicano convicto, colocando-se ao lado dos propagandistas do regime. Certamente, a Convenção de Itu (1873) - à qual compareceram diversos representantes da região da sorocabana - contribuiu para consolidar suas convicções republicanas. Vereador da

capital em 1887 e 1888, última legislatura imperial, foi eleito deputado federal à Constituinte, tendo ainda participado do legislativo nas duas gestões seguintes.

Por ocasião do golpe de Deodoro da Fonseca, de 1891, que dissolveu o Congresso Federal, Domingos Corrêa de Moraes, inconformado, foi o promotor da reunião de congressistas que assinaram manifesto de repúdio a esse ato. Quando eclodiu a revolução federalista no Rio Grande do Sul, São Paulo colocou-se ao lado dos legalistas, defendendo a política de Floriano Peixoto. Conseqüentemente, decreto de 1893 autorizava o Estado a prestar o auxílio necessário à União, a fim de se manter a integridade nacional. Associando-se a essa posição do Estado, Domingos Corrêa de Moraes participou da comissão encarregada da organização das tropas que foram guarnecer as fronteiras do Estado.

Em 1899, foi eleito membro da Comissão Central do Partido Republicano Paulista, órgão que, como se sabe, chegou a coordenar todo o processo político do Estado. Examinando-se as atas desse órgão (Carone e Arantes, 1972, p. 135-230), verifica-se que, dos quarenta e nove membros dessa Comissão Diretora, a maioria era formada em Direito. Havia cinco médicos, alguns fazendeiros e comerciantes e apenas três engenheiros: Domingos Corrêa de Moraes, Antônio Cândido Rodrigues, formado pela Escola Militar, e Jorge Tibiriçá, engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Hohenheim, Alemanha.

Junto com Francisco de Paula Rodrigues Alves, então eleito presidente do Estado de São Paulo, Domingos Corrêa de Moraes elegeu-se seu vice, com 46.138 votos. Para essa eleição, Batatais contribuiu com 158 votos. Empossados em seus respectivos cargos em 1º de maio de 1900, Rodrigues Alves foi, no ano seguinte, obrigado a deixar o governo, sendo então substituído por Domingos Corrêa de Moraes, que governou de 21 a 28 de outubro de 1901 e de 13 de fevereiro a 3 de julho de 1902. Nessa data, Bernardino de Campos assumiu a presidência do Estado, cabendo a Domingos Corrêa de Moraes substituí-lo, de 4 de maio a 8 de julho de 1903 e de 10 de janeiro a 31 de março de 1904 (Egas, 1927, III, p. 392 e segs.).

Quando esteve à testa do executivo estadual, Domingos Corrêa de Moraes tomou várias medidas, cabendo destacar aqui ao menos duas, consideradas importantes: encampação e

reestruturação da Estrada de Ferro Sorocabana e constituição da Escolta de Capturas.

Com relação à Sorocabana, deve-se assinalar que o Estado teve que negociar com a União, que era o principal credor daquela Companhia. Existem cartas trocadas por Domingos Corrêa de Moraes com o então presidente da República sobre o assunto. Nesse mesmo sentido existem várias cartas com Bernardino de Campos.

A Escolta de Capturas ficou sob o comando do célebre "tenente Galinha". Ele "varreu" do Estado de São Paulo vários facínoras.

Em reconhecimento pelos trabalhos em favor das causas públicas, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma das principais ruas do bairro de Vila Mariana e Saúde. Pelo mesmo motivo, a Cia. de Estrada de Ferro Sorocabana denominou de Domingos de Moraes, uma estação no bairro do Jaguaré, também na capital bandeirante.

Durante o tempo que passou em Batatais, não exerceu qualquer cargo público, mas isso não quer dizer que ele estivesse alheio aos negócios públicos locais. Quando Washington Luís Pereira de Souza fixou seu domicílio em Batatais, Domingos Corrêa de Moraes passou a manter com ele laços de amizade, chegando mesmo a prever o promissor futuro político daquele que seria o último presidente da República Velha. Previsão tão certa quanto aquela sobre Altino Arantes, eleito presidente do Estado, em 1916.

4. O fazendeiro empreendedor

Paralelamente às atividades políticas, Domingos Corrêa de Moraes dedicou-se à agricultura, pela qual sempre teve grande paixão. Levado por essa vocação, adquiriu pequena propriedade agrícola no município de Tietê, onde plantou uva, com a qual passou à produção de vinho. Por sua localização e por outros fatores, a fazenda não oferecia possibilidade de expansão. Vendeu-a e, quando procurava outra para comprar, encontrou no jornal *Correio Paulistano* um anúncio de venda de uma gleba de terra no município de Batatais. Ao examinar as terras anunciadas, ficou logo enamorado, pois era exatamente o que sempre sonhara possuir! Lá estava uma área de terra com cerca de 1.400 alqueires paulistas, dos quais, cerca de 400 em "terra roxa" de

primeiríssima qualidade para o cultivo do café. No restante, poderia criar gado bovino ou eqüino.

Como o preço das terras e os gastos que teria para montar uma fazenda de café excediam em muito o dinheiro de que dispunha, voltou para São Paulo, fez um empréstimo bancário e, com o dinheiro que possuía, realizou o negócio, no dia 27 de dezembro de 1894.

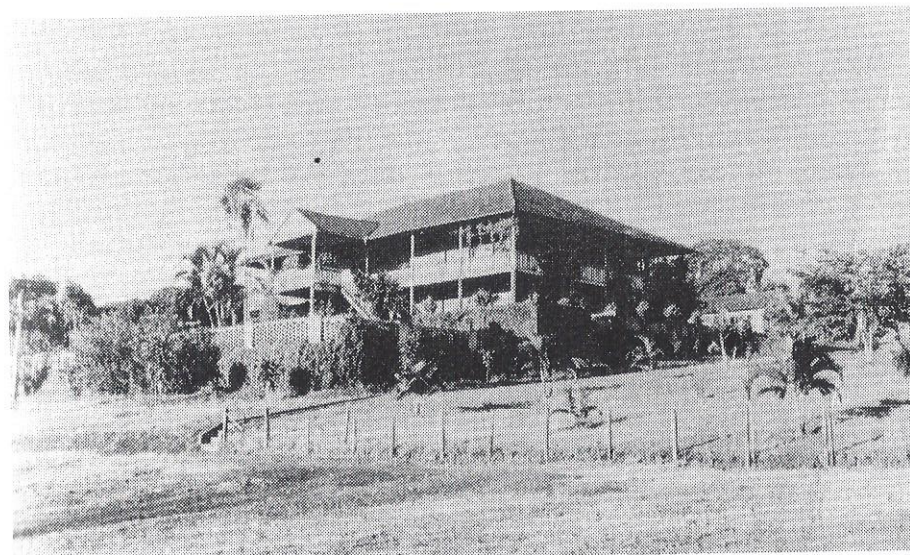
Posteriormente, com a melhora da sua situação financeira, expandiu a propriedade, além de comprar, trocar e vender terras para regularizar as divisas.

Assim, foram feitos vários negócios. Ao todo, a fazenda ficou constituída por 1.610 alqueires paulistas. A gleba tinha, grosso modo, a forma quadrangular, com as faces mais estreitas voltadas, respectivamente, para as cidades de Batatais e de Franca. Os limites para a parte voltada para Franca eram formados pelo rio Sapucaí. Domingos Corrêa de Moraes projetou e construiu a maioria dos edifícios mais próximos à extremidade voltada para Batatais. Houve uma razão séria para essa escolha. Naquela época, a malária era encontrada em todo o vale do rio Sapucaí. À medida que se afastava desse curso d'água, diminuían as chances de se contrair a doença.

No começo, Domingos de Moraes e Carolina Queirós de Moraes devem ter tido vida muito difícil, pois foram morar na gleba adquirida. Para tanto, foram residir em uma pequena e desconfortável casa de taipa, onde viveram muitos anos. Em seguida, construíram casas dos empregados e colonos, o terreiro e a máquina de café, curral para o gado, paiol e outras benfeitorias, enfim, toda a estrutura para uma fazenda de café.

Após o plantio do café nas áreas adequadas a essa cultura, projetou-se e construiu-se a casa da sede (vide foto). A criação de gado bovino da raça caracu, implantada logo depois, deveu-se às recomendações do Dr. Luís Pereira Barreto, médico influente em São Paulo e fazendeiro de renome nessa região, amigo de Domingos Corrêa de Moraes.

A fazenda Macaúbas prosperou, graças à extraordinária visão de seu proprietário e à dedicação de todos aqueles que lá trabalharam. Inicialmente, foram famílias italianas e mineiras. Mais tarde, vieram japoneses e nordestinos, todos integrados aos árduos labores cotidianos daqueles tempos.



Sede da fazenda Macaúbas

Graças a um acordo firmado entre a Companhia Melhoramentos de Batatais e o proprietário de Macaúbas, nesta foi construída usina hidrelétrica, fornecedora de energia para a cidade de Batatais. Os sons da Banda Guarany eram ouvidos aos domingos e dias festivos na sede da Macaúbas, pois era formada por empregados da própria fazenda. Posteriormente, construiu-se a capela de Santo Antônio, onde, além de atos religiosos, realizavam-se concorridas festas juninas. Houve também o Macaúbas Futebol Clube, onde jogou José (Zeca) Lopes, mais tarde no elenco da seleção brasileira de 1938, que disputou a Copa do Mundo, na França. Dadas as dimensões de seu conglomerado, digamos "urbano", sua escola de primeiras letras era oficialmente designada como pertencente ao "bairro" de Macaúbas.

5. A Estação de Macaúbas

Indubitavelmente, a extensão dos trilhos da Companhia Mogiana, no último quartel do século XIX, passando por Batatais e atingindo Franca, teve profundo impacto na economia e no desenvolvimento da região, que passou a produzir café de ótima qualidade, o qual era embarcado por ferrovia para Santos, a fim de ser exportado.

Sabe-se que quando se construiu o trecho ferroviário entre as cidades de Ribeirão Preto e Franca, contratou-se uma empresa empreiteira que firmou um contrato com a Mogiana, pelo qual o pagamento era feito na base do quilômetro de trilho assentado. Conseqüentemente, a empreiteira passou a evitar todo e qualquer aterro, ponte, obra de arte, além de qualquer outra benfeitoria no trajeto. Assim, o traçado da estrada passou a ser extremamente sinuoso. Qualquer acidente geográfico de pequena importância era motivo de grandes curvas, com a finalidade exclusiva de evitar construção, por menor que fosse, no percurso, e também porque ela aumentava o seu custo.

Não era apenas no trecho Ribeirão Preto e Franca que a estrada fazia muitas voltas. Para se ter uma idéia da magnitude desse problema, basta citar que uma viagem de passageiros entre Batatais e São Paulo demorava a bagatela de doze horas! Quando o trem não atrasava... Mas não eram apenas as inúmeras "idas e voltas" do traçado a percorrer que contribuíam para se consumir tanto tempo. Outro fator importante eram as célebres "maria-fumaças", apelido que se dava às locomotivas que faziam uma quantidade enorme de fumaça pela chaminé, mas quase não saíam do lugar!

No trecho entre as estações de Batatais e de Boa Sorte existia um verdadeiro entrave. Tratava-se do percurso entre a ponte sobre o rio Sapucaí e o ponto mais alto da serra, onde a estrada de ferro cruzava o leito rodoviário carroçável que ia para as fazendas Santana, Magnólia, Cachoeira, etc. O estrangulamento se fazia no sentido estação de Boa Sorte para Batatais. A subida, além de íngreme, era longa, o que dificultava sobremaneira a ação das locomotivas a vapor. Mesmo depois que se passou a operar com locomotivas movidas pelo sistema de óleo diesel, o trajeto continuava a ser feito com dificuldades. As composições de carga eram fracionadas em várias partes menores, na estação de Boa Sorte. A locomotiva, com limitado número de vagões, ia até Batatais, onde estes eram deixados. Em seguida, voltava sozinha para Boa Sorte, para pegar mais alguns vagões, ia, então, até Batatais, onde estes eram deixados. Em seguida, voltava sozinha para Boa Sorte, para pegar mais alguns vagões. Fazia isso, tantas vezes quantas fossem necessárias para o transporte de todos os vagões. Uma vez em Batatais, a composição, recom-

posta, seguia viagem para Ribeirão Preto.

A fim de minimizar esse inconveniente, fizeram-se alguns projetos, inclusive o da construção de uma estação intermediária, onde as locomotivas pudessem receber água. Convinha que tal estação fosse construída no topo de um morro, em ponto de cruzamento da ferrovia com uma estrada de terra que cortasse várias propriedades e que houvesse um córrego em suas adjacências.

Começou, então, uma grande celeuma! Uns proprietários não queriam de jeito nenhum a estação nesse local. Outros queriam um preço extraordinariamente exorbitante pelas suas terras. Outros, ainda, não queriam fornecer ou deixar passar a água para a futura estação. Formou-se a maior confusão!

Diante de tal situação, Domingos Corrêa de Moraes não teve dúvida. Procurou a diretoria da Companhia Mogiana e propôs um negócio. Ele doaria para a Mogiana o terreno para a construção da estrada de ferro, além de permitir a serventia de água pelo córrego de Macaúbas, que seria elevado até a futura estação por meio de um aríete e pelas tubulações necessárias. Faria mais. Construiria as dependências da estação e de duas casas para os "portadores" (auxiliares da estação que controlavam as linhas que deviam estacionar o trem). Em contrapartida, pedia que a estação fosse localizada num determinado local pré-escolhido, que distava da sede da fazenda e da máquina de café, cerca de 800 metros. A proposta de Domingos Corrêa de Moraes foi aceita pela diretoria da Cia. Mogiana. Tratava-se de uma estação ferroviária fechada, isto é, rodeada de uma mesma propriedade agrícola por todos os lados. Em outras palavras, o embarque de passageiros e mercadorias só poderia ser feito com autorização do proprietário da fazenda. É bem verdade que nenhum dos proprietários da fazenda Macaúbas impediu qualquer pessoa ou mercadoria que chegasse até a estação para embarque.

Às primeiras terras adquiridas, Domingos Corrêa de Moraes deu o nome de fazenda Bertioga. Quando se fez a estação ferroviária, deu-se a esta o nome de Macaúbas, porque assim era chamado o córrego que passava logo abaixo e que fornecia água para as locomotivas. Como já existisse outra fazenda com o nome de Macaúbas, foi feito um acordo com o proprietário desta: sua fazenda passou a chamar-se Macaubinhas, ao passo que Bertioga

veio a ser Macaúbas.

Em pouco tempo a estação tornou-se um logradouro importante, sob o ponto de vista social, porque nos sábados e domingos à noite, muitas pessoas vinham até a estação para assistir o cruzamento dos trens que demandavam Batatais ou Franca.

O "footing" dos empregados da fazenda Macaúbas, aos sábados e domingos, e o cafezinho e bolo de fubá que a esposa do Monteiro, chefe da estação, vendia durante a parada dos trens, constituíam eventos dos mais importantes da vida social de Macaúbas.

6. Os anos passaram

Companhias onde Domingos Corrêa de Moraes prestou serviços, como a Cantareira, tornaram-se obsoletas, sendo conseqüentemente extintas. O acervo da Companhia Mogiana passou para a FEPASA. O bairro dos Campos Elíseos, aristocrático em outros tempos, chegando mesmo a ter o Palácio do Governo do Estado, perdeu sua importância para novas áreas residenciais que se criaram, sobretudo nos chamados "Jardins". O Partido Republicano Paulista, que exerceu incontestemente hegemonia na República Velha, perdeu sua força, após 1930. A Rua Domingos de Moraes, importante artéria ligando o centro da cidade à zona sul, por onde passavam diversas linhas de bondes e de ônibus, perdeu boa parcela de sua importância, quando se fez o Metrô. Com o advento das modernas rodovias, passaram os áureos tempos das ferrovias. Encampada a Mogiana pelo Estado, seus déficits operacionais perduraram, o que acarretou o encerramento gradativo de suas linhas. Retiraram-se os trilhos do trecho Batatais-Franca, que obviamente passavam por Macaúbas.

Restou, porém, a imagem do engenheiro, político e fazendeiro, própria daquelas criaturas privilegiadas, às quais o destino incumbiu de exemplares feitos. Conseqüentemente, restou Macaúbas, demonstração inequívoca de que a terra é e sempre será a grande dádiva que se fez ao homem.

MORAES, Ary Toledo. Domingos Corrêa de Moraes, engineer, statesman and Macaúbas criator. *AMICUS*, Batatais-SP, Ano 3, nº 5, p.6-17

ABSTRACT: Engineer by Cornell University, he occupied important positions in the public service. He was in charge of the presidency of São Paulo State, when the head was impeached. He created Macaúbas Farm, which was of great importance in Batatais, in special, by the time of coffee monoculture.

KEYWORDS: genealogy, engineering, politics, farm, railroad

REFERÊNCIAS

- Almeida, Benedito Pires de. "Vereadores Tieteanos", *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1940, v. 38.
- Bruno, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC: Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1984, 3 v.
- Carone, Edgard (Introdução) & Junqueira, Maria Silva Arantes (Notas). "Atas do Partido Republicano Paulista. *Estudos Históricos*, Marília, SP. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nº 11 (1972).
- Egas, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. São Paulo, Publicação Oficial do Estado, 1925-1927, 3 v.
- Leme, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo, Duprat, 1904.
- Leme, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- Telles, Pedro C. da Silva. *História da Engenharia no Brasil (Séculos XIV a XIX)*. Rio de Janeiro, LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1984.

PRINCESA ISABEL, CINQUENTA ANOS DE LUTAS POR UM IDEAL*

Walter CARDOSO**

RESUMO: História da Sociedade Princesa Isabel, que este ano está completando meio século de existência: seus ideais, as lutas para sua criação, manutenção e contribuições à comunidade, bem como seu pioneirismo no Carnaval batataense.

UNITERMOS: Sociedades, comunidade, integração, jornal, Carnaval.

1. "Fatores externos"

A fim de que melhor se possa compreender a fundação da Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel, é oportuno atentar-se - embora em breves linhas - para a interferência dos chamados "fatores externos", que muitas vezes estão presentes como agentes catalisadores, em processos políticos e sociais. No caso específico desta Sociedade, considere-se que já no "Manifesto da Gente Negra Brasileira", de 1931, exortava-se a comunidade para que esta lutasse unida pelas "reivindicações que favorecem ao Negro e ao Brasil" (Apud Fernandes, 1965, v. 2, p. 21), pela "afirmação política da Gente Negra Brasileira na Constituinte quando vier e depois da Constituinte que virá" (Ibidem, p. 25).

É pois nesse quadro de reivindicações que se fundam diversas associações de assistência ao negro, dentre as quais, em 1931, a Frente Negra Brasileira. Embora bastante atuante, a entidade teve suas atividades encerradas em 1937 - quando se instaurou o Estado Novo -, por ter sido registrada como partido político. Mencione-se ainda a importante Convenção Nacional do Negro, realizada em 1944.

Assim, se de um lado havia a imprensa defensora dos direitos dos negros, como, por exemplo, os jornais *Alvorada*, *Senzala*, etc., por outro, a partir da Constituição de 1946, passa-se a acre-

* O autor agradece os depoimentos que lhe foram prestados pelo Senhor Antônio Benedicto Corrêa, Presidente da Sociedade, bem como os de outros membros da "velha guarda".

** Doutor em História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

ditar que se adentrava em uma maré democrática, regime de liberdade, onde as organizações de classe exerceriam maior atividade, ocorrendo mesmo "um sistema de participação política de massas" (Schwartzman, 1975, p. 136). Entretanto, o movimento de repressão que ocorre a partir de 1947, impediu ações reivindicatórias mais efetivas, embora fossem mantidas as garantias individuais, asseguradas pela Constituição de 1946.

É nesse quadro de aspirações liberais e de cerceamento que a imprensa da vizinha cidade de Ribeirão Preto publica o "Manifesto aos Negros de Ribeirão Preto", datado de 03 de setembro de 1947, de autoria do Comitê Negro de Orientação Política. Segundo esse documento, havia necessidade de uma união forte - inclusive política, para se alcançarem as aspirações dos homens de cor. Embora houvesse muitos negros aptos para cargos elevados não se lhes davam as justas oportunidades, o mesmo acontecendo com jovens negros, aos quais se negava acesso à melhor formação profissional. Assim, o Manifesto propunha a formulação de "diretrizes para um programa social e intelectual com a finalidade de amparar e tentar a elevação do nível cultural e social da raça negra".

Quanto às interferências políticas, esclarecia-se a necessidade de se ficar acima de interesses partidários, pois, embora as formas democráticas tivessem retornado, era imperioso precaver-se contras as "maquinações diabólicas de políticos interesseiros". Assim, o Comitê não pretendia formar um partido político, "porque isso o tornaria suspeito aos olhos do povo", impedindo-lhe a liberdade própria a uma democracia. Não havia ambições de mando, ou propostas racistas, conseqüentemente, dirigia-se também aos brancos que compartilhassem dos ideais do Comitê.

Não havia, pois, conotações separatistas, mas objetivava-se a integração do negro na sociedade. "E assim, confundir-se-ão os interesses das duas raças, em todas as causas puramente sociais, podemos estar separados como os dedos das mãos e, como os dedos das mãos, uniremos no que for essencial para o progresso mútuo" (A Tarde, Ribeirão Preto, 06 de setembro de 1947).

Difícil admitir-se que esse manifesto não tivesse nenhuma repercussão em Batatais.

A partir de 1951, com o governo Vargas, verifica-se maior participação dos sindicatos promotores de greves de diversas categorias, o que certamente sempre constituiu uma contribuição ao estímulo de sentimentos reivindicatórios da comunidade negra. Considere-se, ainda, que a chamada "classe política" não se manteve alheia a tais movimentos, chegando mesmo a apoiá-los. Tal foi o caso de Jânio da Silva Quadros, prefeito de São Paulo.

Em Batatais, não se pode dizer que o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro aos menos favorecidos - inclusive à comunidade negra - tenha ocorrido visando apenas a dividendos políticos. Tudo leva a crer que suas lideranças locais estivessem efetivamente empenhadas em colaborar com uma causa compatível com a imagem do partido. Mesmo porque, ao que se sabe, embora desse algum apoio aos fundadores da Princesa Isabel, o PTB não lhe pediu recompensas em votos.

Pode-se, portanto, admitir que a Princesa Isabel surge em um período de justas aspirações da comunidade negra local, apoiadas por políticos que, obviamente, assim procedendo, deixavam imagem favorável ao eleitorado negro.

Entretanto, conforme se tratará adiante, os estatutos da Sociedade nunca trouxeram aquele tom reivindicatório dos núcleos interioranos da Legião Negra do Brasil. O que se buscou foi integração e amparo.

2. Esboço de um quadro histórico

As expectativas de um sistema político verdadeiramente democrático, sem entraves de preconceitos raciais, estimularam a criação da Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel. Para tanto, houve a contribuição do PTB, que colocou à disposição da comunidade as dependências de sua sede, situada à Rua Sete de Setembro, para reuniões. Certamente, o diretório local do partido assumia uma postura compatível com a política de Getúlio Vargas, que se apresentava como defensor dos interesses da classe trabalhadora, dos menos favorecidos.

Diga-se aqui de passagem que, nas eleições para Presidente da República, realizada em outubro de 1950, a Comarca de Batatais (da qual faziam parte também os municípios de Jardinópolis, Brodowski e Jurucê) deu a Getúlio Vargas 84% de

votos a mais do que ao seu adversário mais direto, o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN). Nessa mesma ocasião, realizaram-se eleições para Governador do Estado, vencidas por Lucas Nogueira Garcez, candidato do Partido Social Progressista, então coligado com o PTB de Vargas. Na Comarca de Batatais, Garcez obteve quase 30% de votos a mais que seu adversário mais próximo.

Compreende-se, assim, a força dos partidos locais PTB e PSP, que nas eleições de outubro de 1951, elegem, respectivamente, Alberto Gaspar Gomes, para Prefeito Municipal, e Jorge Nazar, para vereador, o qual passou a ocupar o cargo de Presidente da Câmara. Portanto, tempos de acenos dos partidos populistas às classes menos favorecidas, o que repercutiu negativamente na UDN, agremiação justa ou injustamente de imagem elitista. Mas esse partido também possuía em seus quadros políticos pessoas do porte de Anselmo Testa, cuja renúncia ao cargo de vereador, ocorrida posteriormente, constituiu oportunidade para que seus adversários políticos reconhecessem de público a nobreza de seu caráter e conseqüentemente a retidão de seus atos (ACMB, 18/11/1961).

2.1 Nascimento da Princesa Isabel

Atendendo, pois, as aspirações de participação social, estimulada pelo governo municipal, a 09 de julho de 1952, fundava-se a Sociedade Recreativa Flor da Mocidade, nome, pode-se dizer, provisório. A presença do dr. Alberto Gaspar Gomes, prefeito municipal, bem como de seu vice, Benedito Leonel Prado, indicam a importância que essas autoridades atribuíram ao ato.

É oportuno registrar que essa sessão inaugural foi presidida por Antônio Tanga, funcionário da Prefeitura altamente conceituado.

Pouco depois, a Sociedade recebia por doação do Senhor Mário Martins de Barros, vice-prefeito municipal, um terreno situado na esquina da avenida Frei Caneca (atual Dr. Chiquinho Arantes) com a rua Carlos Gomes, área destinada à construção da sede social. Enquanto isso, alugava-se um pequeno barracão, situado à rua Coronel Manoel Gustavino, nº 38. Nesse local, já era possível fazer reuniões de Diretoria e alguma atividade social, inclusive bailes. O grande passo para a sede própria foi dado

em 17 de janeiro de 1953, quando, em ambiente a um tempo festivo e emocionado, de muita fé e esperança, foi lançada a pedra fundamental do prédio próprio da Sociedade, que já em reunião de 23 de dezembro de 1952, passara a se denominar Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel.

Acontecimento da maior importância para a Sociedade ocorreu em reunião de 12 de março de 1953, quando foram apresentados seus Estatutos, elaborados pelo dr. Francisco Arantes Junqueira, então vereador pelo PTB. Advogado batataense, filho do importante político Coronel Manuel Gustavino de Andrade Junqueira, o dr. Chiquinho Arantes - como era então popularmente chamado - redigiu esse documento, que, aprovado nessa data por unanimidade, passou a exprimir, de maneira inequívoca, os fins da sociedade: propugnar pela educação intelectual e física de seus associados; socorrê-los, quando necessitados de amparo; apóia-los, material e moralmente, em seus dissídios, fazendo valer as leis trabalhistas (artigo 1º). Nenhuma referência à raça negra, mas apenas objetivou-se amparar sobretudo os menos favorecidos.

Que a Sociedade não se criou com aspirações separatistas, depreende-se do artigo 4º de seus Estatutos, pois aí consta que podiam ser sócios "todas as pessoas maiores e capazes, sem distinção de nacionalidade e opinião política ou religiosa". Vale dizer, uma sociedade visando à integração, bem estar com justiça e harmonia, enfim, uma agremiação que se propunha a contribuir para a redenção efetiva de uma raça, sem choques ou confrontos, mas tão-somente através de atos de boa vontade.

2.2 A consolidação de um ideal

A fim de que a Sociedade pudesse cumprir seus objetivos, era imprescindível a existência de um local adequado, para o encontro dos associados. Daí a necessidade de se constituir uma Comissão de Obras, presidida por Luiz Jaime dos Reis, e que teve como seu membro mais atuante Antônio Benedicto Corrêa. O biênio 1957-1958 é marcado por intenso dinamismo, pois aumenta-se o quadro social, fazem-se bailes e festas, onde, sobretudo através de quermesses e assinaturas em Livro de Ouro, obtêm-se fundos para prosseguimento da construção da sede social, intensificada no biênio seguinte. A planta para a constru-

ção desta sede foi executada pelo escritório do doutor José Marcílio Baldochi, sendo que, em inícios de 1959, consegue-se cobrir o prédio, o que possibilitou a realização, naquele local, dos bailes de carnaval daquele ano, embora o prédio se apresentasse com piso rústico e ainda em fase de acabamento.



Baile do Carnaval de 1959, no salão da Princesa Isabel - acervo Antônio Benedicto Corrêa

Em 09 de julho de 1962 - quando completava dez anos de existência -, a Sociedade inaugurou oficialmente sua sede social e seu salão de festas. Para a conclusão dessas obras, bastante contribuíram os senhores Luiz Gonzaga Correia e Joaquim Carlos Paulino, que vieram somar esforços aos antigos diretores. A festa começou logo às cinco horas, com "alvorada" e participação da Banda do Instituto Agrícola de Menores de Batatais (depois UE 4-FEBEM), cedida pelo seu então diretor, professor Hernani de Albuquerque Parente, que em ônibus percorreu as ruas da cidade, tocando alegres dobrados, anunciando ao público o grande acontecimento. A inauguração propriamente dita deu-se às nove

horas da manhã, com a presença das autoridades da cidade, diretores, associados e grande número de simpatizantes.

A inauguração do salão de festas impulsionou a sociedade no sentido de promover bailes ao som de orquestras famosas, além de shows e festivais. Tudo, certamente, com grande número de frequentadores.

A revolução de 1964 causou, inicialmente, um certo retraimento nas atividades da Sociedade, pois havia expectativa de proibições e cerceamento de liberdades. Porém, passados os temores desse primeiro momento, tudo voltou à normalidade.

Na década de 70, a Sociedade adquiriu casas e terrenos adjacentes à sua sede, aumentando, assim, sua área aproximadamente em 2.000 metros quadrados, a fim de ampliar suas dependências. Em 1978, deu-se o início da construção do segundo salão e, graças ao empenho e dedicação de seus diretores, foi possível construir a obra, inaugurada com grandes festividades e presença de várias autoridades, associados e amigos da Sociedade, em 08 de dezembro de 1984. À noite, houve baile ao som da orquestra de Osmar Milani, de São Paulo.

A Sociedade Princesa Isabel continuou, então, com mais ênfase, o seu programa de realização de bailes com orquestras famosas, vindo a ser, na década de 80, um dos clubes mais movimentados da cidade, o que contribuiu para que, em agosto de 1988, fosse possível a aquisição de uma gleba de terra de mais de seis hectares, situada na Rodovia Cândido Portinari, saída para Franca, no valor de CZ\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados). Nesse local, pretendia-se construir o Clube de Campo da Sociedade, o que, infelizmente, não se pôde realizar.

3. A Princesa Isabel, no Carnaval Batataense

Os estudiosos da história do carnaval brasileiro admitem que na cidade do Rio de Janeiro e mesmo em outras capitais, como São Paulo, houve ao menos duas modalidades de folia: o "Grande Carnaval", com os festejos de salão, promovidos pelas sociedades das elites, entidades auto-proclamadas baluartes do legítimo carnaval (Cunha, 2001, p. 106); o "Pequeno Carnaval", dos logradouros públicos, animado pelos cordões, organizados por agremiações formadas por pessoas das camadas sociais inferiores (Cunha, 2001, p. 152), incluindo nesta os negros.



Baile de Bodas de Prata, em 9 de julho de 1977. A partir da esquerda: Antônio Benedicto Corrêa, Dorinha Paulino, Joaquim Carlos Paulino e Mário Alves dos Santos
Acervo: Antônio Benedicto Corrêa

Guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que, em Batatais, houve também dois carnavais: o grande e o pequeno. Dada a brevidade deste texto, não se pretende aqui tratar do "grande carnaval" de Batatais, mas apenas registrar que, já na década dos 30, ocorriam animados festejos de salão no Vitória Régia (mais tarde, Flor de Maio), Sociedade Beneficente Italiana (mais tarde, Sociedade Ítalo- Brasileira), Sociedade Recreativa e Beneficente Operária e Sociedade Recreativa 14 de Março (*Folha de Batataes*, nº 38, 17/2/1934).

Logo após sua fundação, a Princesa Isabel passou a promover bailes carnavalescos em suas modestas instalações, mas, a partir de 1955, a entidade adquiriu status de sociedade carnavalesca, aparecendo nos noticiários dos jornais, ao lado de suas co-

irmãs (*O Jornal*, nº803, 30/1/1955). A partir de 1963, quando a nova sede já estava definitivamente construída, a Princesa Isabel assumiu, de forma inquestionável, a posição de grande sociedade local, o que foi reafirmado em 1984, quando - conforme já se registrou neste texto - foram inauguradas as modernas ampliações de sua sede social.

Entretanto, a ímpar contribuição da Princesa Isabel foi dada ao "Pequeno Carnaval". Para que isso possa ser melhor compreendido, faça-se aqui um registro dos acontecimentos, a partir dos anos 30, pois nesse período, por iniciativa do "Vitória Régia", entidade da comunidade negra, passaram-se a observar certas normas. Comentando o Carnaval de 1934, o cronista salienta que "a bela organização do cordão dos homens de cor [aos quais devia-se] o definitivo impulso aos festejos dos três dias", porque no domingo, todos em linha e devidamente uniformizados, entoando canções carnavalescas, apresentaram-se às portas da 14 de Março. Recebidos festivamente sob vibrante salva de palmas, os seus componentes entraram no salão de festas, onde executaram um original bailado, sendo então oferecido a eles uma contra-dança. Na noite de terça-feira, era o cordão da Operária recebido pela 14 de Março. Poucos dias depois, tais visitas foram retribuídas pelos diretores da 14 de Março, que, incorporados, estiveram nas sedes do Vitória Régia e da Operária.

Para 1935, dado o grande número de blocos que se organizava, as previsões eram as mais otimistas: o Centro de Cultura Física iria participar com seus cordões "Sabina, deixa mordê teu beijo" e "Num chora, morena"; a 14 de Março entraria com quatro cordões; o Vitória Régia, certamente, iria querer "repetir com maior brilho a sua participação do cordão "Sapé Queimado" (*Folha de Batataes*, nº 85, 12/1/1935). Como se percebe, irreverência descompromissada. Seguem-se as notícias: mais seis cordões da Sociedade Italiana, o Vitória Régia com mais de 150 figurantes e a 14 de Março com "Cadê tristezas", "Reis do Carnaval", "É da coroa", "Dimer Jack", "Num dianta chorá" e "Futuristas" (*Folha de Batataes*, nº 90, 16/2/1935).

Chegaram, pois, os festejos, e o cronista, entusiasmado, registra que o Carnaval não era uma festa apenas carioca, pois em São Paulo também aconteciam ótimos carnavais. "Batatais, expacata cidade, esteve simplesmente formidável", os cordões es-

tiveram excelentes e as bandas musicais, distribuídas em vários coretos, executaram marchas e marchinhas. O prêmio de melhor cordão - um bilhete de loteria de 200 contos - coube ao Vitória Régia.

Para o Carnaval de 1936, havia expectativa de uma festa animada. Pela primeira vez, há referências ao "Flor de Maio", "o grêmio colored de nossa cidade" (*Folha de Batataes*, nº 141, 8/2/1936), "digno substituto do Vitória Régia, vai entrar no barulho com ânimo e vontade" (*Folha de Batataes*, nº 143, 22/2/1936). As previsões para os festejos de 1937 foram desanimadoras (*Folha de Batataes*, nº 190, 16/1/1937). Para o cronista, lamentavelmente foram confirmadas, pois "não houve quase carnaval de rua".

Daí para a frente, passa-se a viver período de diminuição do entusiasmo pelos festejos. Apesar dos constantes apelos para que se fossem organizando os blocos, percebe-se que o movimento carnavalesco estrava frio. "Onde estão os blocos carnavalescos, que não aparecem e nem ao menos dão sinal de vida", lamenta o cronista desolado (*Folha de Batataes*, nº 243, 22/1/1938). Passados os dias do tríduo, registra-se que "não fosse o alinhado cordão da Sociedade 13 de Maio ter se apresentado, dado um pouco de vida, tudo estaria em um vácuo profundo e imenso..." (*Folha de Batataes*, nº 249, 5/3/1938), o movimento limitou-se aos salões.

Em 1941, registra-se que "os ranchos e cordões mais renitentes viveram até o último lustro, mas parece que morreram definitivamente..." (*O Jornal*, nº 161, 14/3/1941). A Flor de Maio não organizou seu rancho de rua, mas seu cordão (que possivelmente se apresentou somente em salão), visitou outras sociedades. Essa desmotivação é compreensível para o próprio cronista, ao reconhecer que ante o grave momento que se vivia, em consequência da guerra, não poderia haver entusiasmo para os festejos. Estes ocorreram apenas nos salões, onde houve modesta animação (*Folha de Batataes*, nº 942, 14/2/1942). Essa situação vai perdurar, mesmo depois de terminada a guerra.

Assim, tudo leva a crer que no segundo quinquênio dos anos 30, o Carnaval de rua de Batatais chegou a adquirir grande importância, tanto quantitativa quanto qualitativamente. No início dos anos 40, a guerra contribuiu para que não houvesse anima-

ção, o que parece ter perdurado até por volta de 1954, ano em que as habituais horas de tristeza silenciosa das noites batataenses foram substituídas pela alegria, espontaneidade e diversão, "de esquecimento das agruras que a vida atual detém". Para essa animação, muito contribuíram "os batuques acelerados e vivos dos cordões (...) e a "escola de samba que animava os folguedos" (*O Jornal*, nº 758, 7/3/1954). Certamente, referência à Princesa Isabel, restauradora do Carnaval de rua da cidade.

Aliás, como se sabe, nesse ano foi comemorado, na cidade de São Paulo, o 4º Centenário de sua fundação. Dentre os festejos que então se realizaram, concedeu-se o título de "Campeão do Centenário" ao Corinthians, por ter esse clube vencido o torneio de futebol desse ano. Como o símbolo dos corintianos era um charuto e como a maioria dos diretores e associados da Princesa era corintiana, a escola saiu, no ano seguinte, isto é, em 1955, com o enredo "Charuto Fumegante", em alusão ao título corintiano. Portanto, primeira vez em que houve enredo ou tema em escola de samba batataense. Tudo preparado "pelo Sunto [João Venceslau] e pelo Vino [Valdomiro Barbosa], que armaram os porta-estandartes, bicicletas, e muitas outras novidades, para o desfile pelas principais ruas da cidade" (*O Jornal*, nº 806, 20/2/1956).

Cantou-se, então, conhecida canção, com letra alusiva ao jogador do Corinthians, que dizia:

"Gol de Baltazar,
Sobe O Cabecinha de Ouro
Um a zero no placar..."

Das grandes sociedades que com tanto brilho vinham animando o Carnaval, cessam por alguns anos as referências nos jornais. Mas para o tríduo de 1960, o responsável pela coluna "Sociedade em Foco" registra que as ruas seriam animadas apenas pela Escola de Samba Princesa Isabel (*O Jornal*, nº 1102, 28/2/1960), o que efetivamente aconteceu, pois seus sambistas desfilaram pelas principais ruas da cidade, "a todos empolgando pelo contagiante ritmo e inconfundível alegria" (*O Jornal*, nº 1103, 6 mar. 1960). No ano seguinte, o cronista registra que a Escola de Samba Princesa Isabel foi a única a continuar o Carnaval de rua local, graças a seus dirigentes que, com muito esforço, deram "um pouco de vida ao reinado de Momo, nas principais vias



Carro alegórico da Princesa Isabel, no Carnaval de rua de 1939.
Acervo Antônio Benedicto Corrêa 1959

públicas" (*O Jornal*, nº 1152, 19/2/1961).

Talvez, uma das descrições mais ricas desses festejos seja aquela publicada no ano de 1971. Nela, fazem-se referências à Escola de Samba Castelo, Centro de Cultura Física, Clube 14 de Março, Bloco Barra Pesada e finalmente, encerrando o desfile, a Escola de Samba Princesa Isabel (*O Jornal*, nº 1660, 26/2/1971).

Em 1977, houve necessidade de se tomar uma decisão por demais difícil. O Carnaval de rua estava ficando muito caro e a Sociedade necessitava ampliar sua sede social. Como não havia fundos suficientes para esses dois empreendimentos, deliberou-se - embora com muito pesar - optar pela construção do segundo salão. Encerrava-se assim o ciclo de participação da Princesa Isabel no Carnaval de rua, pois esta já não participou dos desfiles de 1978.

Entretanto, o exemplo da Sociedade - seu pioneirismo e dedicação ao Carnaval de rua - foi seguido pelas demais escolas de samba da cidade. Assim, no carnaval de 1979, surgiu o Grêmio Recreativo Acadêmicos do Samba, formado por remanescentes da Princesa Isabel.

No Carnaval de 2002, como uma homenagem à Princesa Isabel, pelo cinquentenário de sua fundação, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Castelo desfilou com o enredo "A trajetória da negra nação, cinquenta anos de história, cultura e tradição". Re-

conheciam-se, assim, os méritos daqueles pioneiros dessa festa de rua, hoje tão marcante na cidade. Festa multicolorida, para gente de todas as cores...

4...Mas nem tudo foi cor de rosa

Buscar compreender os festejos carnavalescos brasileiros pelas fontes que lhes são favoráveis seria formular uma visão falha, porque o Carnaval sempre teve seus desafios, inclusive entre os letrados dos principais jornais cariocas (Pereira, 1994, p. 202). Se assim aconteceu no Rio de Janeiro, não se poderia esperar que em Batatais, o reinado de Momo sempre fosse aceito de forma passiva e unânime. Embora não houvesse reprovação tão intensa quanto a do Rio de Janeiro, é inegável que os festejos em logradouros públicos estiveram mais a cargo dos segmentos inferiores, aos quais se negou espaço nos salões. Assim, a rua - através de seus sempre presentes blocos "dos sujos" e de reminiscências afro-brasileiras - foi o local natural para críticas à estrutura social e para a auto-afirmação aos que foi imposta a condição de inferioridade. Nos primeiros anos da década dos 40, sob o título "Carnaval", o articulista registra toda sua reprovação à festa. Cético em relação ao Carnaval de rua de Batatais, diz ele que a festa parecia ter morrido definitivamente (*O Jornal*, nº 161, 14/3/1941). Dois anos depois, sob o título "Carnaval, tradição inexpressiva", o articulista volta à carga: "O Carnaval, festa pagã, sem significação nem expressão, sem resultados favoráveis, positivos ao bem da humanidade", há muito vinha mantendo tradições "malévolas em todos os sentidos, que corrompem a moral, que rebaixa o nível espiritual do homem..." (*O Jornal*, nº 243, 4/2/1943). Ante tais argumentos, o articulista propunha que se acabasse com aquela festa, suspendendo-se a realização de bailes e mais folguedos.

É admissível que, com o passar dos anos - sobretudo quando a Princesa Isabel consolidou-se como agremiação social -, os preconceitos raciais e carnavalescos se tornassem mais brandos. Mas, se nos tempos da Flor de Maio, apenas em épocas de Carnaval seus cordões eram convidados para visitas a outras sociedades (*O Jornal*, nº 161, 14/3/1941), o costume perdurou ao tempo da Escola de Samba da Princesa Isabel. Tratava-se tão-somente de uma forma dos carnavalescos de rua contribuírem para

a animação dos salões, e não uma quebra efetiva de barreiras sócio - raciais.

Contribuição essa que foi praticada de boa vontade, porque constituiu mais um gesto de grandeza da Princesa Isabel, ante aquele quadro de exclusão.

CARDOSO, Walter. Princess Isabel, fifty years of fight for an ideal. AMICUS, Batatais-SP, Ano 3, nº 5, p. 18-31

ABSTRACT: History of the society which is completing half century of existence: its ideals, the fights for its creation, maintenance and contributions to community, as well, as the pioneering in the Carnival of Batatais.

KEYWORDS: Societies, community, integration, newspaper, carnival.

REFERÊNCIAS

A) Documentos

Atas da Câmara Municipal de Batatais (ACMB), 18/11/1961.

B) Periódicos

Cidade (A), de Ribeirão Preto, SP. Edição de 4/9/1953.

Diário da Manhã, de Ribeirão Preto, SP. Edição de 22/1/1953.

Folha de Batataes, SP. Diversos números

Jornal (O), Batatais, SP. Diversos números.

Tribuna de Batatais (A), Batatais, SP. Diversos números.

C) Bibliografia

Cunha, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia - Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus: Editora da Universidade de São Paulo, 1965, v. 2.

Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras*. Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

Schwartzman, Simon. *São Paulo e O Estado Nacional*. São Paulo, DIFEL, 1975

A SOCIEDADE SE REÚNE E SE DIVERTE – TEATROS, CINEMAS E CLUBES EM BATATAIS NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX

Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO*

RESUMO: Dentre as implicações sociais decorrentes da cultura cafeeira na região, registra-se neste texto a evolução do teatro, suas características físicas, companhias teatrais, exhibições cinematográficas e espetáculos. Registram-se também as sociedades recreativas, promotoras de bailes e festas, bem como as exhibições cinematográficas, acompanhadas por apreciadas orquestras.

PALAVRAS-CHAVE: teatros, cinemas, sociedades, festas, orquestras.

1. A cultura cafeeira e suas implicações sociais

A cultura cafeeira introduzida no município de Batatais em 1872 alcançou notável desenvolvimento, graças à chegada dos trilhos da Mogiana em Ribeirão Preto, cujo tráfego iniciou-se em novembro de 1883. Ainda nessa década, ocorria a histórica inauguração da ferrovia em Batatais (1886).

Assim, não se melhorava apenas o processo de escoamento da produção cafeeira, mas também se facilitava a introdução de máquinas e ferramentas, bem como dos mais diversos artigos que propiciavam a seus consumidores a enorme sensação de estar consumindo produtos ditados pela moda, dos quais os produzidos em Paris eram os mais ambicionados.

A sociedade, enriquecida pelo café, expande seus horizontes e faz viagens de recreio, não só para São Paulo e Rio de Janeiro, mas também para a Europa e passa a almejar a modernização de suas cidades.

Batatais teve que fazer grandes trabalhos de urbanização para receber a estrada de ferro, pois ela seria instalada numa região muito pouco povoada, pertencente ao bairro do Castelo, o que obrigou a construção de pontes, abertura e melhoramentos de ruas. Realizaram-se ensaios de iluminação pública, ainda

incipiente no seu início. (Dutra, 1993, passim)

Com a estrada de ferro, companhias de teatro vêm apresentar-se em Batatais, além daquelas que já existiam aqui. Foi Jean de Frans quem redigiu uma série de vinte e cinco artigos publicados em *A Gazeta de Batataes* e que vieram à luz entre dezembro de 1918 a setembro de 1919.

Nesses artigos, o nosso autor descreveu minuciosamente as peças de teatro apresentadas pelas companhias que aqui aportavam, ou ainda de amadores da terra - na qual ele próprio se incluía -, juntamente com seu pai e o próprio avô. Em 31 de agosto de 1919, conta-nos sobre um concerto realizado em 1896, em benefício da construção do 'lazareto', do qual participaram entre outros, Altino Arantes e Washington Luiz, cantando na sua voz de barítono, um dueto e uma romanza.

2. Considerações gerais em torno do teatro

A história do teatro no Brasil nos ensina que, em meados do século XIX, a maioria das casas de espetáculo tinha uma aparência lúgubre, pois eram espécie de barracões insalubres, alguns cobertos de zinco, onde se apresentavam farsas, dramalhões, comédias, dramas sacros e adaptações de dramas europeus. Assim, não estranhemos as condições físicas do Theatro São João, relatadas por Jean de Frans, pois elas eram comuns à maioria dos teatros.

Quanto às companhias teatrais, é ainda Frans que relata:

"Batataes tem assistido inúmeros espetáculos: bons, regulares, sofríveis e maus, dramas, tragédias, comédias, farças, operetas, zarzuelas, revistas e até operas" (sic). Entre as últimas, destacou, Frans, a apresentação da "Empresa Verdini, que aqui apareceu três vezes, sendo cada apresentação, uma mais fraca do que a outra" (*Gazeta de Batataes*, nº 658, 1/6/1919).

Quanto aos "Clubes Dramáticos" de amadores locais, enumera cada um, "sendo que a maioria, como o 20 de dezembro, de 1898, não passou dos ensaios", ou ainda o "Lyrio Batataense, que possuía biblioteca, jornal, banda de música, estandarte, arquivo, cenários, etc. e principalmente fracassos colhidos em scena". (*Gazeta de Batataes*, nº 638, 5/1/1919)

Isso demonstra que, em Batatais, como em todos os luga-

*Professora de História da Rede Pública Estadual de Ensino, aposentada.

res, grupos teatrais existiam, uma vez que faziam parte da necessidade de distração, comum a toda a humanidade. O mesmo se pode dizer dos grêmios e clubes, que vêm suprir a necessidade de contacto, de interação entre as pessoas, uma vez que o homem é um ser gregário por natureza.

É evidente que essas formas de entretenimento vão acompanhando as modificações pelas quais passa a sociedade. Em fins do século XIX e início do século XX, teremos no Estado de São Paulo aquela realidade sociocultural já discutida no início destes apontamentos. As exigências de uma sociedade enriquecida pelo café vão fazer com que se construam casas de espetáculos mais elaboradas, mais cômodas e que agradem tanto aos olhos como ao espírito, já que a sua freqüência se tornou um hábito social, onde senhoras e senhoritas exibem muitas jóias e ricas indumentárias. Teremos, entre nós, a criação do Cine-Theatro Santa Cecília e depois o Cine-Theatro Santa Helena, paradigmas desse momento.

3. O Theatro São João

Em "*Bom Jesus da Cana Verde (Batataes de Outr'Ora)*", Jean de Frans escreveu longamente sobre o surgimento do primeiro teatro em Batatais, em 1850, o teatro São João,

"que não possuía mobiliário, quer nos camarotes, que eram de baetão e sarrafos, como na platéia. Um terço desta, na parte de traz, era ocupado por uns bancos compridos de madeira e que eram as 'geraes'. Os espectadores tinham que levar as cadeiras. Meia hora antes do início do espetáculo, começavam a chegar moleques carregando, na cabeça, uma cadeira às avessas e, penduradas nas quatro pernas dessa, outras tantas cadeiras. E terminada a função, era a mobília conduzida de novo, á cabeça dos moleques, acompanhando os espectadores.

"Foi em 1878 que a Câmara Municipal entendeu que aquele teatro era uma vergonha, constituía um verdadeiro atentado e chamou as falas os membros da associação e os intimou a reformar o São João. Sem obter resultado, a Municipalidade então chamou a si o Teatro, mudou-lhe o nome para Municipal e cuidou da sua imediata reforma.

"Depois dessa reforma, a platéia continuou sem soalho e a balaustrada e a divisão dos camarotes eram feitas com bambus e

baetão vermelho e o forro era substituído, nas noites de função, por bandeirolas de papel de cor. Um perfeito encanto...

"Em 1889 após a proclamação da republica foi concluída nova reforma subsidiada por Arthur Carrara cuja 'troupe' fez por aqui o maior sucesso e mais alguns donativos. Fez a conclusão dos camarotes de 2ª ordem e o assoalho da platéia. Em 1897, o dr. Washington Luiz Pereira de Souza, então prefeito municipal, encarregou o distinto vereador coronel Theodolindo do Carmo, devotado amigo de coisas teatrais, de levar a efeito novos melhoramentos e o teatro pouco depois dava-se ao luxo de ter platéia, vestíbulo, palco, porão e fachada completamente reformados".

O aparecimento do cinema em Batatais data de maio de 1900, segundo o próprio Jean de Frans. As exhibições eram realizadas por particulares que traziam as máquinas exibidoras e as "serpentinhas", depois chamadas "películas" e somente mais tarde, "films".

A *Gazeta de Batataes*, em 1º de maio de 1913, noticiava que o prédio do Theatro Municipal tinha sido vendido - com ordem da Câmara Municipal - para a empresa dirigida pelo Sr. Ernesto Corsini, que iria nele realizar muitos melhoramentos e reformas, adaptando-o convenientemente para a exhibição de filmes. Após essas reformas, esse cine-teatro foi inaugurado com o nome de Theatro São Carlos (Cardoso, 2001, p. 30).

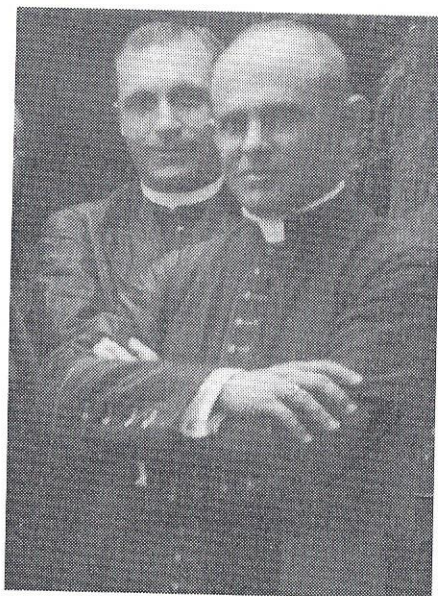
4. Monsenhor Joaquim Alves Ferreira e o Theatro Santa Cecília

Ao se estudar uma obra, algumas vezes torna-se mister que nos reportemos à figura do seu idealizador e executor, no sentido de melhor compreender o seu significado. É o caso de Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, um tipo muitíssimo interessante, para a sua época, e cuja personalidade reveste-se de grande peculiaridade, mas do qual, infelizmente, pouco se sabe. Nasceu em Batatais, em 27 de outubro de 1880, sendo filho do capitão Cândido Alves Ferreira, agro-pecuarista, e de Maria das Dores de Lima. Faleceu nesta cidade aos sessenta e seis anos, em 8 de maio de 1946.

Tornou-se presbítero, em 1904, aos vinte e quatro anos de idade. Embora não saibamos exatamente quando se tornou pároco de nossa Igreja Matriz, constatamos que na secretaria daquele templo religioso já existem documentos por ele assinados

no ano de 1907. Foi também diretor do Colégio São José (1917-1918) e provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Admirador da música e das artes em geral, adepto de novas idéias, pertencendo a uma família economicamente muito bem sucedida, apreciava muito viajar, não só para conhecer outros países, mas também as novidades culturais de sua época. Como seu tio, Cônego Joaquim Alves Ferreira – que foi pároco em Batatais por aproximadamente trinta anos –, doutorou-se em Roma e exerceu o cargo de Inspetor Federal de Ensino.



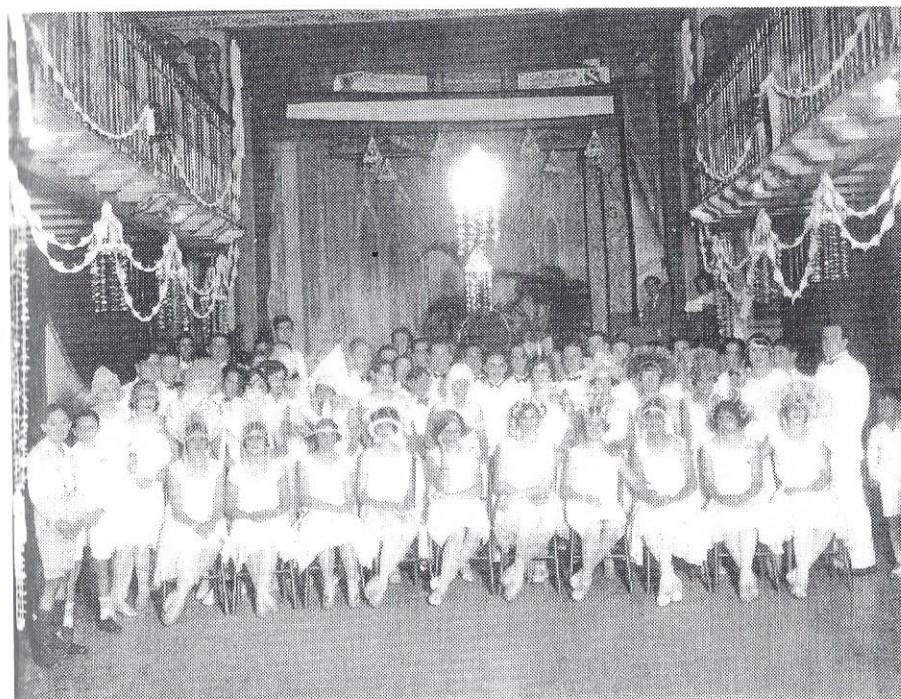
Em 1º plano: Monsenhor Joaquim A. Ferreira;

Em 2º plano: Padre Sebastião Pujol

No ano de 1911 fez inaugurar o Theatro Santa Cecília, construído no fundo da residência do seu tio, situada na praça que lhe leva o nome: Praça Cônego Joaquim Alves. Como a casa tinha sido construída em "L", esse Theatro tinha sua frente voltada para a rua das Palmeiras, depois Afonso Penna e atual Monsenhor Alves. De fachada clássica, com quase nenhum detalhe, tinha, porém, seu interior requintado, com o piso revestido de ladrilhos. Colunas de ferro sustentavam camarotes de frente e laterais. Belíssima pintura, com motivos florais, revestia suas paredes. No palco havia uma tela própria para projeções cinematográficas. Para tanto, havia sido adquirido um projetor de filmes de fabricação Pathé et Frères.

Sua inauguração deu-se a 7 de setembro de 1911, com a presença do bispo da diocese de Ribeirão, d. Alberto José Gonçalves. Foram muito comentados pela imprensa a suntuosidade do salão e o animado baile na ocasião, realizado "pelo escol dos rapazes batataenses".

Além de funcionar como cinema, apresentavam-se nesse teatro companhias teatrais ou líricas vindas de outras cidades. Eram realizados também bailes e festas de formatura das três



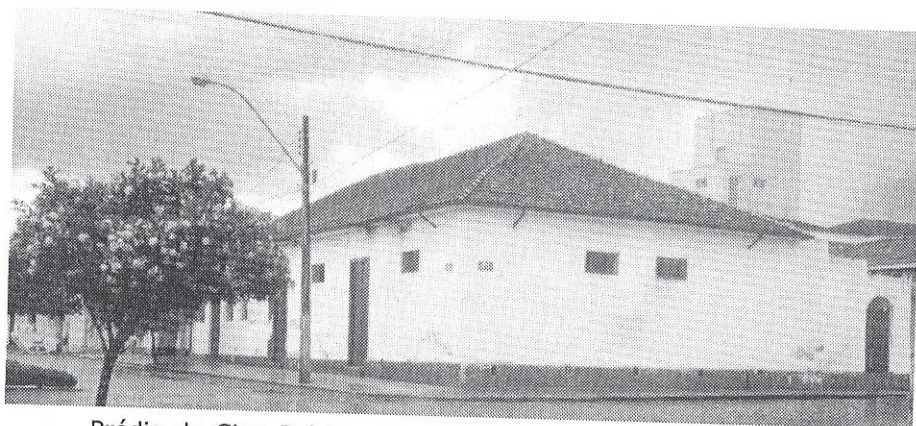
Baile da testeira, realizado no Theatro Santa Cecília
Acervo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís - Batatais

escolas existentes. Foi criado ali o Grêmio Santa Cecília, que tinha um corpo teatral, biblioteca e, inclusive, foi-nos mostrado por uma família um medalhão, que talvez servisse para premiação nos seus eventos culturais. Acima, flash do "baile da testeira", no qual podemos constatar o requinte de seus eventos.

Muito amigo da população e muito democrático, Monsenhor Joaquim Alves costumava ceder o prédio para a sociedade negra realizar seus bailes carnavalescos.

Pertencente à Cia. do Theatro Santa Cecília, foi criado o Cine Polyteama no bairro do Castelo, situado à rua Germano Moreira, nº 2, esquina da atual rua Padre Claret, cujo prédio ainda se encontra em pé, embora sua demolição já esteja prevista para ampliar a Casa de Repouso de propriedade da Ordem à qual pertencem as Irmãs de Jesus, Maria e José.

O grupo musical e teatral pertencente ao Grêmio Santa Cecília apresentava-se no Polyteama, que era administrado pela tra-



Prédio do Cine Polyteama na atualidade (foto da autora do texto)



Grupo Teatral do Grêmio Santa Cecília – acervo Família Abeid

A partir da esquerda, em pé: Sebastião tamborista, menino José Jorge Iunes Abeid, Luiz Simioni, Adelino Aderbal de Carvalho, Dora Carnevalli, Thereza Carnevalli, Lourenço Parrera, Júlio Jorge Abeid, Juquinha Senna. Sentados: menino José de Paula Braga (Zóca), Nicolino Chéchia, Belmiro de Paula Arantes, Antônio Faraco, menino José de Paula Arantes Sobrinho (Nego), Joaquim de Paula Arantes (Caco), José de Paula Arantes, Maria Tristão de Almeida Arantes, Deolinda de Paula Arantes, Ana de Paula Arantes (Tanga).

dicional família Arantes, residente no bairro do Castelo, no antigo Largo das Dores, depois Major Andrade, hoje Praça Dr. Jorge Nazar.

O prédio do Theatro Santa Cecília serviu como hospital feminino durante a chamada "gripe espanhola", que atingiu o Estado de São Paulo em 1918, cabendo ao Grupo Escolar Dr. Washington

Luís receber pacientes do sexo masculino. Decorrente dessa moléstia, pouquíssimas baixas foram registradas em nossa cidade, ao contrário do que sucedeu em outras localidades, principalmente na capital do Estado, onde muitíssimas vidas foram ceifadas. (*Gazeta de Batataes*, 01/12/1918)

Em 1928, como a Igreja Matriz de Batatais tivesse entrado em reformas, foram retirados os camarotes e feitas modificações na fachada do Theatro Santa Cecília, para que neste se cumprissem as atividades litúrgicas. O novo prédio tornou-se então a Capela Santa Cecília. Muitos cidadãos nossos contemporâneos lembram-se ainda de que seus casamentos foram ali realizados, e outros, de terem sido coroinhas nas missas rezadas pelo padre Joaquim.

O prédio do antigo Theatro, depois Capela Santa Cecília, foi vendido e mais tarde demolido pelo seu novo proprietário.

A seguir, apresentamos foto-montagem da Capela Santa Cecília, de autoria de Ricardo Degani, sobre fotografia de Gaspar de Souza Prado Neto, tirada quando o prédio estava em processo de demolição, com o telhado parcialmente destruído e havia uma cerca protetora na frente – à maneira de um tapume –, que encobria pequena parte da fachada do prédio.

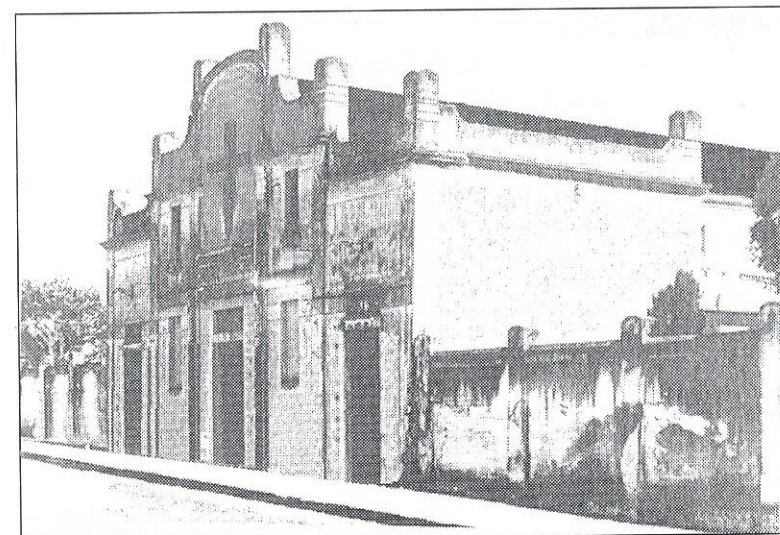


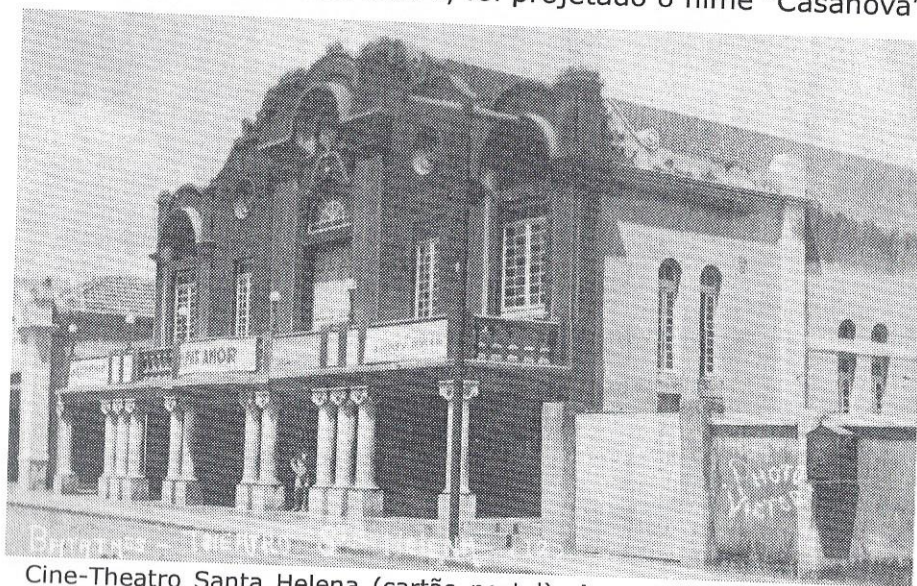
Foto-montagem da Capela Santa Cecília (Trabalho de Ricardo Degani sobre foto de Gaspar de Souza Prado Neto)

5. O Cine-Theatro Santa Helena

Em 2 de junho de 1928, foi inaugurado o Cine-Theatro Santa Helena, situado à rua Coronel Joaquim Alves. Pertencia à Empresa Teatral Santa Helena Ltda., de propriedade dos senhores Carlos, Anselmo e Guilherme Tambellini, Arturo Scatena, Antônio, Adelino e Gustavo Simioni, Marcelo e Zeferino Girardi, Alberto Micheli e Rômulo Rigotto.

O prédio, cuja fotografia vemos abaixo, foi projetado e construído pelo arquiteto Rômulo Rigotto. A *Gazeta de Batataes* de maio de 1926 descreveu-o como sendo: "De construção primorosa, muito requintado, possuindo um teto entalhado em madeira e envernizado ao natural, que belos e poderosos focos de luz destacam, amplos e belos camarotes muito bem iluminados, e tendo ainda ampla cabine em concreto para o projetor de filmes. Logo na entrada encontra-se uma galeria, harmonizando-se com o conjunto. Na parte da frente do prédio temos modernos terraços, sustentados por elegantes colunatas."

Ao lado desse teatro, foi construído um pequeno prédio para servir de bar, também chamado de Santa Helena, para fornecer bebidas, doces e balas, para a clientela do Theatro. No dia da inauguração deste cine-teatro, foi projetado o filme "Casanova".



Cine-Theatro Santa Helena (cartão postal). Acervo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís - Batatais

Em fevereiro de 1929, a Empresa Teatral Santa Helena adquiriu da Empresa E. Corsini o velho e tradicional Theatro São Carlos, oferecendo ao público seções diárias, com a mesma programação do Santa Helena, com preços reduzidos.

Nestes cinemas, as bandas de música tinham um papel destacado, na medida em que os filmes eram mudos. No Santa Helena, havia um fosso destinado à orquestra, que tocava antes e durante as exibições, procurando, com o tom das suas músicas, acompanhar o gênero dos filmes que estavam sendo apresentados. A orquestra que ali se exibia era dirigida por Francisco Tristão de Lima (Chicó).

Em novembro de 1935 esse cine-teatro passou a chamar-se Cine-Theatro Para-Todos, que pertencia a Rômulo Rigotto e Filho, com a denominação de Empresa Teatral Para-Todos, sendo que aparelhos de som e luz passaram por reformas (*Folha de Batataes*, 19/10/1935). Foi adquirido, também, um cinema na cidade de Brodowski, que passou a utilizar o nome dessa empresa e que ficou sob a direção do senhor Alberto Arantes.

Diariamente, havia duas seções cinematográficas. Uma às 19 h, destinada às senhoras e senhoritas, com preço reduzido, e outra às 21 h. Antes das exibições cinematográficas, eram apresentadas seleções sonoras de músicas, agora em discos, cada dia privilegiando um gênero musical. Registramos também algumas audições de piano e em janeiro de 1939 a apresentação do comediante Nhô-Totico, muito querido pelas crianças, com o seu programa diário "Escolinha da Dona Olinda".

No ano de 1941, esta casa de espetáculos passou por uma grande reforma na platéia, tendo sido abertas passagens laterais, para o acesso às poltronas. Dois projetores novos foram adquiridos, e o nome desse cine-teatro passou a ser Cine-Theatro São Joaquim, em homenagem ao Monsenhor Joaquim Alves Ferreira. (*O Jornal*, 9/1/1941). Nesse mesmo semanário, na edição comemorativa de 14 de março de 1950, na parte relativa à programação de filmes exibidos naquele mês, consta como proprietário daquele cinema o doutor Oswaldo de Abreu Sampaio, da Empresa Teatral Paulista Ltda.

Em "Farpas", de *O Jornal*, edição de 20/6/1954, lemos que "o Cine São Joaquim fechou". Reabriu meses depois, sendo que no ano seguinte foi arrendado pela Empresa Cinematográfica

Batatais, pertencente aos Irmãos Garbellini, Felício Bombonato e José Pelosi, que estavam construindo nova casa de espetáculos cinematográficos, o Cine Madalena, situado à praça Cônego Joaquim Alves, e inaugurado em outubro de 1955. O Cine São Joaquim encerrou definitivamente suas atividades em 1958, quando seu prédio foi ocupado pela Rádio Difusora de Batatais.

6. As três grandes sociedades promotoras de espetáculos

Segundo depoimentos ao Programa Pró-Memória, do Departamento de Cultura de Batatais, em 17/7/1990, a Sociedade Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso foi criada em 02 de abril de 1893, nos fundos da máquina de beneficiar arroz pertencente à família Venturoso, que estava localizada no prédio ainda hoje existente na esquina da praça de Santa Cruz com a rua D. Bosco, no bairro do Castelo. Chamada inicialmente de Fratelanza Italiana, congregava somente italianos e seus descendentes, cláusula esta que seria mais tarde abandonada.

Além das atividades assistenciais, apresentações musicais e bailes, a Sociedade Italiana dedicou-se também ao teatro. Pelo menos, segundo Jean de Frans: "havia três sociedades italianas que se dedicavam a atividades teatrais. A existente em 1897, sob a direção do Sr. Luís Cobiانchi, a 'Cesario Rossi' de 1900, e a 'Philodramatica' de 1893, ambas dirigidas pelo representante consular italiano, Adolpho Vietti, sendo de rigorosa justiça assinalar o desempenho irrepreensível que os distintos amadores souberam dar aos vários dramas e comédias que levavam à scena." (*A Gazeta de Batataes*, nº 638, - 05/01/1919)

Em 21 de junho de 1914, o Grêmio Santa Cecília teve seu nome substituído pelo de Grêmio 14 de Março e seus estatutos lidos e aprovados. Esta nova sociedade seria dirigida pelo prof. Odilon Correa (diretor do Grupo Escolar Dr. Washington Luiz), dr. Álvaro Barbosa (promotor público) e dr. João Domingues (advogado). Este novo Grêmio continuou exercendo suas atividades no Theatro Santa Cecília até 1928.

Em edição especial, feita em formato de revista, datada de 20 de julho de 1938, da *Gazeta de Batataes*, encontramos:

"Com o fechamento do Salão Santa Cecília, em meados do

ano de 1928, findou-se para a sociedade batataense o seu único ponto de reunião, que era o Clube 14 de Março..."

Para preencher essa lacuna, fundou-se, em 26 de janeiro de 1930, nova sociedade, à qual se deu o nome de Sociedade Recreativa 14 de Março, entidade formada pela elite econômica e intelectual da cidade. Dentre seus eventos, havia a chamada "Hora Lítero-Musical", onde sempre era realizada uma palestra sobre assuntos culturais, seguida da execução de bailados, cantos e declamação de poesias, por senhoritas, dirigidas geralmente pela senhora Elza Scatena Simioni. Algumas vezes a Sociedade recebia artistas convidados, sendo que nela teria se apresentado - talvez quando esteve funcionando ainda no Theatro Santa Cecília - a pianista nascida em São João da Boa Vista e de carreira internacional, Guiomar Novaes.

Entre os seus associados encontravam-se músicos de escol, como a família do maestro Ovídio Tristão de Lima, que se apresentava ora em conjunto, ora em duetos ou ainda isoladamente. André Ricci Pippa costumava inebriar a assistência com execuções de músicas ao violino, onde toda sua virtuosidade podia ser admirada, como na "Dança Ritual do Fogo", de Manoel de Falla, e "Danças Ciganas", de Sarazate. Foi autor de diversas músicas, entre elas, a valsa "Recreativa".

Augustinho Roncaratti, declamador e hábil imitador do nosso caipira, fazia a graça daqueles programas. Criando quadros musicais e coreográficos, conseguia entusiasmar os frequentadores da Recreativa. Grande efeito fez a apresentação de "Granadeiros", onde moças e rapazes, vestidos a caráter, adentraram o salão em formação militar, ao som daquela vibrante marcha. A surpreendida platéia prorrompeu em vibrantes aplausos.

A essas apresentações seguiam-se os chamados "chás-dançantes", sempre muitíssimo bem preparados e concorridos.

Em 20 de janeiro de 1929, na sede da Sociedade Italiana, surgiram as bases de outro clube, a Sociedade Operária. Seu idealizador foi o jovem construtor Rômulo Rigotto, aqui nascido em 19 de fevereiro de 1898, filho do imigrante e pedreiro italiano Luiz Rigotto.

É mister que se diga que nem a Sociedade Italiana nem a Sociedade Operária conseguiram levar a cabo seus projetos iniciais de



Grupo formado em baile na Sociedade Recreativa 14 de Março, com Jazz-Paulista, ao fundo.
Acervo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís – Batatais

propiciar assistência aos seus associados, isso porque pequenas taxas eram cobradas, e não tendo outra fonte de renda, não havia como fazer face a essas despesas. Mas, em ambas, ocorreu movimento teatral digno de nota. Adolpho Vietti se distinguiu na comunidade italiana, conforme já registrado. A Operária abrigou, conforme veremos em seguida, o Grupo Teatral "Boas Acções", no qual se distinguiram João Loyola e José Pereira Jr. como "ensaiadores", bem como Humberto Bianco e Fiovo Tambellini, como atores.

7. O Grupo Teatral "Boas Acções"

Dentre os incentivadores do teatro em Batatais, destacou-se João Loyola, contemporâneo e talvez aparentado de José Augusto Fernandes, Jean de Frans. Este, em *Gazeta de Batataes* de 5 de janeiro de 1919, registrou que:

"Em 1899 o João Loyola, o Ernesto Corsini, o Raymundo Magalhães Lobo, o Arthur Braga, o Aurélio Neves, José de Paula Arantes e mais alguns outros fundaram a Sociedade 1º de Junho, que teve a duração ephemera, só conseguindo levar à scena, por duas vezes o "Abbate Constantino". (sic)

Filho de Antônio Loyola de Sousa e Maria Petronilha da Conceição, João Loyola nasceu em Batatais em 9 de junho de 1884,

tendo aqui falecido em 16 de janeiro de 1965.

Com atelier à rua Cel. Joaquim Rosa, era fotógrafo de qualidade. Sendo, porém, muito temperamental, de cada trabalho fotográfico executado, fazia um espetáculo a parte, com suas reclamações, que não só assustavam criancinhas, mas deixavam também muita gente grande temerosa. Conservou, porém, seu amor pelo teatro, e vamos vê-lo em 1929 como "ensaiador" do Grupo Amador João Caetano, apresentando as comédias "Adorável Mimi" e "Ahi vem o Sr. Quincas", no Cine-Theatro Santa Helena, em benefício da Sociedade Operária.

Salientamos a participação do senhor José Pereira Jr., citado em alguns programas como "ensaiador", nome que se dava à pessoa que se restringia a distribuir os papéis entre os atores e ensaiá-los (Ogawa, 1972).

José Pereira Júnior nasceu em Arco de São Jorge, Ilha da Madeira, Portugal, em 25 de setembro de 1875, e faleceu em São Paulo em 7 de agosto de 1944, com sessenta e nove anos incompletos (Pereira, 1999, p.113). Quando criança foi para a cidade de Funchal – cidade sede da administração da Ilha da Madeira -, acompanhando a mãe, que se tornou funcionária de um convento de padres. Lá recebeu educação e aprendeu o ofício de alfaiate. De Portugal, mãe e filho vieram para o Brasil, direto para Batatais. Aos vinte e dois anos de idade, casou-se com dona Maria Carolina Gomes Pereira, aqui nascida em 3 de fevereiro de 1877 e falecida em Ribeirão Preto em 6 de junho de 1924, com quarenta e sete anos.

Foi alfaiate por muitos anos, sendo 1º oficial da Alfaiataria Tesoura Moderna, que ficava no início da rua Cel. Joaquim Rosa. Como sua saúde fosse delicada, deixou seu ofício e passou a vender bilhetes de loteria, função esta que se chamava "cambista".

Conforme depoimento de seu neto José Carlos, o senhor José Português, como era chamado, possuía relativa cultura, pois gostava de ler e de discorrer sobre a história de Portugal. Falava em Alexandre Herculano e Luís de Camões, com alguma familiaridade. Apesar de português, falava muito bem o italiano e, conforme Jean de Frans, pertencia a um dos grupos teatrais daquela nacionalidade (O JORNAL, 19/01/1947).

O Grupo "Boas Acções" apresentou-se não só no Santa Helena (1934), mas também no Theatro Municipal (1938) e no Cine-

Theatro Para-Todos (1939). Cartazes dessas peças são apresentados em páginas seguintes e nos oferecem uma visão geral, no tocante a autores, atores e figurantes dos "Actos variados".

Ainda quanto a José Pereira Jr., nós o veremos em 1934 como "ensaiador" do Grupo Dramático "Boas Acções", apresentando no Theatro Santa Helena a peça de Maurício Maia, "Três, 2 zeros, 8" e Nhô Manduca. Nos finais dos anos 30, esteve ligado ao "Theatro-Escola Renato Viana", apresentando no Cine-Theatro Para-Todos, as peças "Divino Perfume", de Renato Viana, e "Compra-se um Marido", de José Wanderley.

Segundo o Sr. Amélio Baldochi, participante do "Grupo Teatral Boas Acções", os espetáculos eram realizados em benefício não só da Sociedade Operária, mas também da Sociedade São Vicente de Paulo e pelas obras da Igreja Matriz, e ainda:

"Como não havia outra forma de entretenimento, não foi difícil montar uma grande equipe, sendo que havia grande número de interessados. Destacavam-se nela Fiovo Tambellini e Humberto Bianco, verdadeiros espíritos de comediantes. O Fiovo Tambellini trabalhava de marceneiro no Colégio São José. Era um dos mais entusiasmados, tanto com Carnaval, como com teatro, onde sempre fazia papéis cômicos. No Carnaval saía com a sua costureira fantasia de advogado, com terno e uma pasta. Às vezes ele se apresentava com uma enorme seringa.

Humberto Bianco pertencia, como eu e o Fiovo, a uma família tradicional de italianos, do bairro do Castelo. No início, foi um pequeno comerciante de cereais. Depois se tornou funcionário público estadual. Pertencia àquele grupo de jovens entusiasmados, que criaram a Sociedade Operária. No Grupo Teatral fazia, na maioria das vezes, papéis cômicos. Uma vez, participou de uma peça chamada "O casamento do Juca Pindoba". Executou tão bem o seu papel - que era realmente engraçado -, que a partir daquela data, todo mundo se esqueceu que ele se chamava Humberto Bianco, pois passaram a chamá-lo de Juca Pindoba. Ficou tão popular que se candidatou a vereador em duas eleições e ganhou nas duas..."

A *Folha de Batataes* de 18/2/1939 noticia: "É com entusiasmo que o 'Grêmio Dramático Boas Acções' vem pondo em cena a alta comédia de Gastão Tojeiro, "Sonhos de Teodoro", para o festival em homenagem ao locutor César Ladeira, da Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro e cujos resultados financeiros serão revertidos em benefício da Associação Beneficente e Recreativa

Operária. Destacamos os atores Humberto Bianco, no difícil papel de Teodoro e Belém Peres, como Clarimunda. O ensaiador foi o Sr. João Loyola e o diretor artístico Benedito Carvalho."

Ao lado desses artistas que se salientavam, ainda hoje são comentadas as atuações de outros elementos participantes das peças teatrais, como Ana Mansur, Odette Fantacini e Romilda Lavagnini.

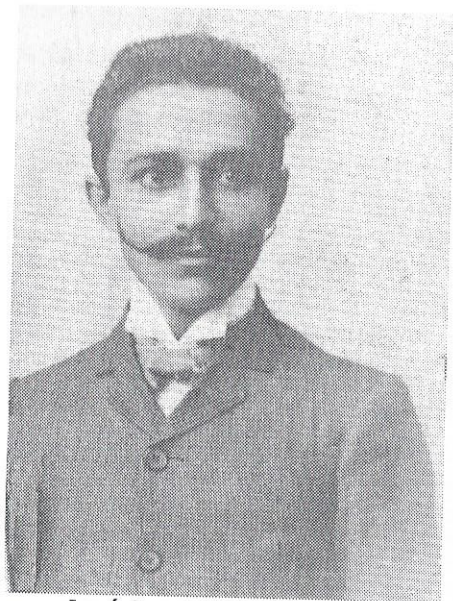
9. O teatro feito nos cinemas

Muita gente acorria aos cinemas. Mas estes não se restringiam à apresentação de filmes, pois eram cine-teatros, na melhor acepção do termo. Antes ou após as exhibições de filmes, costumavam-se fazer recitais, então chamados de "acto variado", com apresentação de músicas que eram sucesso na época.

Dona Aparecida Pesenti conta-nos, saudosa, a apresentação no Cine São Carlos da canção "Chua, Chua", de Pedro de Sá Pereira e Ari Pavão, cantada por Maria Perroni. Com estribilho fácil de guardar e cantar, fez enorme sucesso. Sua letra dizia: "Deixa a cidade formosa morena/ linda pequena/ e volta ao sertão..." Estribilho: "E a fonte a cantar/ chua, chua/ e a água a correr/ chuê, chuê..."

Apesar do grande incremento do cinema - a chamada sétima arte -, continuou, entre nós, a tradição de se fazer teatro, forma de entretenimento de larga difusão em São Paulo e Rio de Janeiro. Em periódicos locais, encontramos propaganda de um sem-número de jornais e revistas editadas naqueles Estados, publicações das quais algumas pessoas da localidade eram assinantes. Esses periódicos certamente noticiavam e discutiam o que se fazia nos teatros e a repercussão entre o público.

Além de atores batataenses, companhias de fora também aqui se apresentaram. Assim, sabe-se que, dez dias após sua inauguração, aconteceu no Cine-Theatro Santa Helena a estréia da Companhia Brasileira de Comédias Jaime Costa, do Rio de Janeiro. Saliente-se que esta companhia foi a mesma que inaugurou em 1925 o Theatro Santa Helena, em São Paulo, localizado na Praça da Sé. Este dispunha de 1.370 lugares. Estava arrendado às Empresas Cinematográficas Reunidas, possuidoras de vinte e dois teatros e cinemas em São Paulo (Magaldi, 2000, p.105). Nessa temporada, Jaime Costa apresentou pela primeira



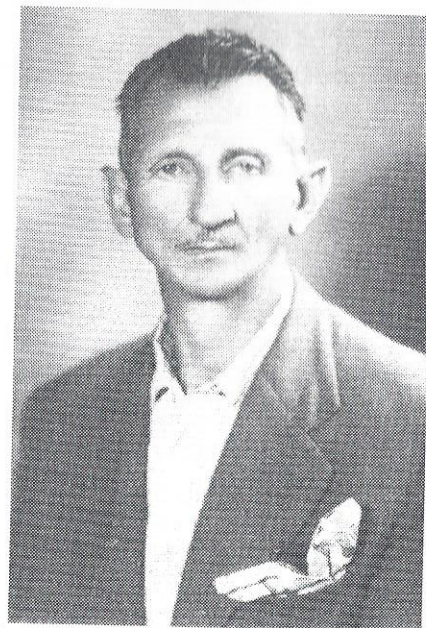
José Pereira Jr. (em 1900)
Acervo: Família Pereira



João Loyola
Acervo: Sra. Zélia Suely Bertoluci



Fiovo Tambellini
Acervo: Família Paulo Manetti



Humberto Bianco - (Juca Pindoba)
Acervo: Família Humberto Bianco

vez, em São Paulo, "Cala a boca, Etelvina", de Armando Gonzaga, julgada "uma comédia ligeira, com situações pitorescas, ditos alegres e sobejos motivos para uma hora de saudáveis gargalhadas" (*Jornal do Comércio*, SP, 5/12/1925, apud Magaldi, 2000).

A partir dessa data, tivemos, no nosso Cine-Theatro Santa Helena, além da projeção diária de filmes, peças teatrais, espetáculos líricos e exposições de pintura no seu saguão.

Em agosto de 1929, apresentou-se a Companhia Lyrica Italiana em "récita de assignaturas", quando foram exibidas as óperas Tosca, Rigoletto e Traviata, sob a regência do maestro Francisco Russo. Depois de Batatais, essa companhia apresentou-se no Theatro Sant'Ana, em São Paulo. A *Tribuna de Batataes* de 8 de setembro de 1929 comenta que "houve um deficit relativamente grande da Empresa Santa Helena, em virtude das cláusulas do contrato para a temporada".

Segundo o saudoso Sr. Plínio Girardi, filho do Sr. Marcelo Girardi e grande freqüentador do Theatro, juntamente com sua família, cada dia era projetado um novo filme. Aqui vinham somente companhias de teatro sem muita expressão, pois que as grandes companhias não se aventuravam por estas plagas...

Representou, porém, para Batatais um grande avanço para a modernidade, pois era muito freqüentado pela sociedade local, cuja juventude se apresentava em saraus elegantes, constituídos da interpretação de músicas cantadas, com acompanhamento de piano ou violão e declamação de poesias. Estes saraus atraíam para cá famílias, até mesmo de localidades vizinhas.

Copiando o que se fazia no Rio de Janeiro e em São Paulo, tinham grande aceitação as músicas executadas pelos "teatros-de-revista" e executadas pelas estações de rádio. O gênero teatral que causava maior receptividade entre os espectadores era a "comédia", pois toda a sociedade que se paramentava para ir aos teatros queria rir, esquecendo as agruras da vida.

Pertencem a esse gênero teatral os espetáculos exibidos em Batatais naquela época, com exceção de "O Divino Perfume", de Renato Viana, um melodrama, pois relata a história de dois irmãos apaixonados pela mesma moça. Um deles, para facilitar a aproximação do irmão com a sua amada, engaja-se no movimento revolucionário chamado "Coluna Prestes", de onde volta doente e cego. A jovem finalmente decide-se por ele, pretendendo

do dedicar-lhe um terno amor.

Apesar de sabermos que a peça foi um sucesso em termos da reação do público, a *Folha de Batataes* de 28/1/1939, no seu comentário, considerou-a como sendo um "drama", observando: "os promotores e organizadores desses festivais deveriam, em vez de peças de cujo entrecho é dramático, procurarem mais o lado das comédias. É sabido que a maior parte da assistência de teatro de hoje em absoluto, não comparece a ele para ver tristezas e nem sentimentalismos; quer unicamente uma distração, mas que seja alegre. Peças que agradam são em geral comédias e revistas".

Quanto ao "acto variado", comentou o citado semanário "ter agradado bastante a valsa 'Estrellita', cantada pela senhorinha Filhinha Garbellini e 'Boneca de Pixe', interpretada pela senhorinha Yolanda Pereira e Augusto Roncaratti."(sic).

"Boneca de Piche", música criada por Ary Barroso e Luís Iglesias, foi escrita justamente para ser apresentada no teatro de revista do ator carioca Jardel Jercolis. Com esta música, que consiste num diálogo entre homem e mulher, usando luvas e com as faces pintadas de negro, formaram Roncaratti e Pereira um quadro muito gracioso e faceiro, que levou o público do Cine-Theatro Para-Todos ao delírio.

10. Conclusão

Neste texto, tratamos apenas do teatro feito em Batatais, não cabendo aqui um alongamento sobre nosso "teatro moderno". Portanto, simplesmente objetivamos mostrar que o teatro, segundo Ogawa (1972, p. 65), é inegavelmente um trabalho artesanal, que deverá ser sempre cuidadosamente trabalhado e recriado por quem o faz. O cinema, ao contrário, é um trabalho industrializado, com muitos recursos, o que facilita a sua absorção pelo espectador. Conseguiu diminuir a frequência aos espetáculos teatrais, é verdade, da mesma forma que a televisão afugentou os espectadores do cinema, mas nunca arte alguma poderá ocupar o seu papel, pois o teatro como representação da vida é, e será eterno.

CARDOSO. Clotilde de Santa Clara Medina. The society members get together and have fun – Theatres, movies and clubs of Batatais.

AMICUS, Batatais-SP, nº 5, p. 32-55

ABSTRACT: Among the social implications from the prevalence of coffee plantations in the region, in the present paper it is presented the evolution of theatre, its physical characteristics, the theatre companies and spectacles. It is also presented the recreation societies, that used to promote balls and parties, as well as movie exhibitions, which were accompanied by nice orchestras.

KEYWORDS: theatres, movies, societies, parties, orchestra.

REFERÊNCIAS

a) Jornais. Diversos números de:

Folha de Batataes

Gazeta de Batataes (A)

Jornal (O)

Tribuna de Batataes (A)

b) Artigos e livros

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina. "A música em Batatais nos velhos tempos: a música na igreja – a música popular", *AMICUS*, Batatais-SP, ano II, nº 3, maio /2001.

DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. A arquitetura de Batatais – 1880 a 1930. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

FRANS, Jean de. *Bom Jesus da Cana Verde – Batataes de Outr'Ora*. São Paulo, s.c.p. 1939.

MAGALDI, Sábato e VARGAS, Maria Thereza. *Cem anos de Teatro em São Paulo*, Editora SENAC. São Paulo, 2000.

OGAWA, Felicia Megumi. *O Teatro brasileiro dos anos 30: um estudo sociológico*. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972.

PEREIRA, José Carlos de Medeiros. *Memórias de uma filha de imigrantes portugueses*. Gráfica e Editora Villimpress, Ribeirão Preto-SP, 1999.

CINE THEATRO SANTA

HELENA

Em: Theatro Santa Helena — DIRECTOR: A. Simon — Dia: Quarta-feira

HOJE Quarta-feira 23 de Outubro 1929 HOJE

Grande Sessão de Gala — Pro bemfazer da cidade —
Com a presença de todos os amigos de Amador Luiz (JOÃO CAETANO) que ha muito tempo se dedica a servir a cidade de Santa Helena —

Adorável Mimi — E "Ahi Vem o Sr. Quincas"

Primeira parte -- na tela

Grandioso film. Super-produção da FOX — Com despenho de Janet Collier e outros.

BRAÇOS VAZIOS

Segunda parte -- no palco

A sua comedia "ADORAVEL MIMI" de Augusto Leal — acto unico —

Personagens por cada um: uma

Luiz Carneiro — Coronel
Bela — Mimi
Sônia, Belmi Pereira — Branca das Neves
Waldomiro Neves — Proprietario
Assessor — Secretario do Coronel
Floreo Tambellini — Amateor
Antonio Bela — Gaúcho
Ação: Rio de Janeiro — Actualidade

Quarta parte ao rigor das peças
Aderços: theatro, fornecidos pela Casa
Aqui da Capital
Ponto — Carneiro e Pires — Contra regia
Pedro Lupato — Scenographia do Cenario
Director de scena: João Loyola
Mobilia da Casa Novello de Vicente Novello

NOTA: A Directoria do Grupo "João
Caetano" e reservado o direito de "votar" a
entrada a quem julgar conveniente.
Para este espectáculo, estão suspensas
as entradas de leito, prevalecendo as permi-
ssões distribuidas pela Directoria da Aca-
demia Operaria

Tercera parte
Engracada Comedia de Brício Filho Auto Unico
"AHI VEM O SR. QUINCAS"
Manoel Coelho — Luiz Pires
Luiza (sua filha) — Sônia, Maria Canell
Maria (criada) — Waldomiro Neves
Emilio — Pedro Cito
Quincas — Humberto Basso

Preços: Camarotes 158. Poltronas 38
Geraes 18000

Cine-Theatro Santa Helena — Cartaz de propaganda de peça teatral, em 1929
Acervo: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís — Batatais

THEATRO

SANTA HELENA

HOJE 31 DE MAIO DE 1934 HOJE
A'S 20 E MEIA HORAS

Grande festival pelo GRUPO DRAMATICO

"BÓAS ACCÕES"

1ª. PARTE — OUVERTURE AO PIANO PELO CAP. TITO. EM
SEGUIDA "SUBIRA" A' SCENA, PELA PRIMEIRA
VEZ NESTA CIDADE, A CHISTOZA COMEDIA EM DOIS ACTOS, DA
LAVRA DO ESCRIPTOR BRASILEIRO MAURICIO MAIA, INTITULADA,

"TRES, 2 ZEROS, 8"

PERSONAGENS

Terencio Gomes (Vellote neuroathico)	J. Pinto	Dr. Adolpho Leantia (politico influente)	F. Tambellini
D. Amanda Gomes (mulher de Terencio)	Senhorinha A. Marques	Dr. Delegado de Policia	A. Baldochi
Deirão & Cia. (negociante de Saccos e Molbados)	V. Granatto	Commissario	M. Campos
		Rondante	R. Simioni
		Promptido	H. Bianco
		Populares curiosos N. N.	

2. PARTE — OUVERTURE AO PIANO PELO CAP. TITO. EM
SEGUIDA SERA' LEVADA A' SCENA, A ENGRA-
ÇADA COMEDIA EM UM ACTO, DA LAVRA DO ESCRIPTOR
— LIMA PENANTE, INTITULADA: —

"NHÔ MANDUCA"

PERSONAGENS

Sabino	J. Pinto	Manduca filho de Momede	H. Bianco
Manode	V. Granatto	Sabina filha do Sabino	Sônia C. Cordeira

— ENSAIDOR J. PEREIRA —

— A mobilia gentilmente cedida é do Marecharia São Geraldo do Sr. Paschoal Pappa —

Os componentes do Grupo Dramatico "Boas Ações", de antemão, agradecem penho-
rados a todos que concorrerem para o bom exito e bom resultado do seu festival.
— TODOS AO STA HELENA NA NOITE DE 31 DE MAIO —

(Dis. Gf. da "Tribuna de Batatais" — Rua Barão do Cotegipe, 1-A)

Cartaz de peça teatral. Cine-Theatro Santa Helena — 1934
Acervo: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís — Batatais

UM FILM DA FOX.
SOB 2 BANDEIRAS
CLAUDET COLBERT.

THEATRO MUNICIPAL
EMPRESA: A. A. ANDRADE
HOJE - 6 de Janeiro de 1938 - HOJE

Dia 9 - Ronald Colman
O Homem que Desbancou Monte Carlo
Um film da FOX.

MAGUAS DE CRENÇA
JACKIE COOPER

A's 8,45 horas

NO PALCO

Grandioso Festival do «Gremio Boas Acções» de Batataes.

1ª Parte

Em visita a nossa cidade, o «Gremio Boas Acções» terá o imenso prazer de levar á scena pela primeira vez nesta localidade, a hilariante comedia em 3 actos do consagrado autor patricio Paulo Orlando, sob o suggestivo titulo:

Se o Anacleto Soubesse

com a seguinte distribuição, por ordem de entrada:

Anacleto D. Filôca	D. Carvalho Belém P. Carvalho	Victorio Joanna	N. Sueli M. Perez
Indice Mileço	W. Carvalho F. Tambellini	Fifi João, o creado	M. Chieppi C. Sibini

Ponto: - C. Pucinelli. Scenographo: «Kristus»
Ensaaiador: - B. Carvalho.

Accão: - Rio de Janeiro. Época: - Actualidade.

2ª Parte

Acto Variado

caprichosamente organizado pela Senhorita LYGIA FAGGIONI, com cantos, bailados, sapateados, skets, em que tomarão parte as graciosas senhoritas: Aparecida Faggioni, Linda Barilari, Yolanda Pereira, Lili, Anna Rita, Jocelina, Glyde e Deolinda que tudo farão para agradar a culta platea.

O Festival será abrilhantado pelo optimo JAZZ-BAND ODEON.

Preços

Poltrona 2\$500 - Balcão 1\$000
Crenças 1\$000

Dia 20
Adoravel Traquina
JANE WITHERS.

Dia 15
ILHA DO MYSTERIO
VICTOR JORY

Prisioneiro da Ilha dos Tubarões
Warner Baxter

Cine Teatro Para-Todos

HOJE - 4 de Agosto de 1939 - HOJE

A's 8 e meia da noite

Deslumbrante Espetaculo pelo Teatro Escola «Renato Viana»

Subirá á cena a formidavel e gozadissima **COMEDIA**
em 3 actos e 8 quadros, de autoria de José Wanderley:

COMPRA-SEUM MARIDO

PERSONAGENS:

Castro	—	Flovo Tambellini
Patricia	—	Odete Fantacini
Clementina	—	Ana Mansur
Barbosa	—	João Gualberto Lopes
Antonia (criada)	—	Direc. Feliciano
Marcos	—	Meacyr Campos
Zéila	—	Romilda Lavagnani
Ernesto	—	Zito Cova

Diretor - José Pereira Junior
Contra Regra - Pedro Lupato
Cenários da Casa Temaghi, S. Paulo

«CARNET»

«Renato Viana»

Finalizará o Espetaculo um bem organiza-
do Ato Variado, em que tomarão parte:
Direc. Feliciano; Direc. Dal Seco;
Seolinda Siqueira; Guri Caram;
João G. Lopes; Geraldo Segala;
Ana Mansur e Romilda.

Belissimos móveis, gentilmente cedidos pelo
expoente maximo do conforto, casa São
Geraldo, de Pasqual Pipa & Filho.

Orquestrar: cap. Tito, maestro Alfeu, Marcio Gonçalves,
profs. Armando Barbic o e André Rici Pipa

O Teatro Escola «Renato Viana»

tendo em vista o exito alcançado com a representação do «Divino Perfume», apre-
senta-se á culta platea batataense, em segunda recita, certo de que lhe será dispensado
o mesmo e grandioso acolhimento da primeira

Cartaz de propaganda de peça teatral. Cine-Teatro Para-Todos - 1939
Acervo: Sra. Odette Fantacini

RENATO JARDIM, AUTONOMISTA E EDUCADOR

Robson Mendonça Pereira*
Sônia Maria de Magalhães**

RESUMO: Este artigo pretende analisar a ação de Renato Jardim, como defensor da autonomia do município e da escola pública.

UNITERMOS: Migrantes, autonomia municipal, educação pública, positivismo.

1 – Migrantes fluminenses no opulento "oeste paulista"

Nas últimas décadas os historiadores têm demonstrado pouco interesse pelo estudo da política e das instituições públicas, privilegiando em seu lugar o indivíduo comum e sua atividade cotidiana. Porém, sob uma nova perspectiva, vem ocorrendo uma retomada das análises particularizadas que se aproximam do estudo biográfico, sobretudo quando buscam enfatizar os projetos e iniciativas pessoais no campo da esfera pública.

Nestas investigações recentes o interior paulista tornou-se um manancial generoso para aqueles que se interessam em investigar as formas de ocupação de seus sertões. Pioneiros, desbravadores e fazendeiros destacaram-se na abertura de novas fronteiras para a lavoura do café no nordeste paulista (antigo "oeste paulista"), havendo então uma necessidade subjacente e contínua de ocupar e reconhecer áreas do Estado cada vez mais distantes, num projeto que buscava, simbolicamente, na opinião de um legítimo representante da oligarquia paulista, extrair da barbárie e entregar à civilização essas regiões "incultas".

Um outro olhar desvendou essa trama em busca de outros significados. Falamos aqui do "capitão" Renato Jardim, que foi intendente municipal de Batatais entre 1900 e 1903, antes de sua mudança definitiva para Ribeirão Preto. O pouco que se sabe sobre esse fluminense natural de Resende foi registrado por ele

* Doutorando em História pela UNESP/Franca. Professor do Departamento de História - Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 75.110-390 - Anápolis - Goiás - Brasil.

** Doutoranda em História pela UNESP/Franca. Bolsista CAPES.

mesmo em suas *Reminiscências*, nas quais evoca suas origens e a perpétua influência de seu pai Gustavo Jardim, que, além de grande proprietário, foi durante o Império chefe abolicionista e do movimento pró-republicano em sua região, além de militante positivista.

Em 1879, dr. Gustavo adquiriu terras em São Simão, perto de Ribeirão Preto, levando Renato para lá dez anos depois. Ao que parece, um misto de surpresa e decepção se revela nas impressões deixadas pelo jovem advogado, após o primeiro contato com a região:

"Tanto ouvira eu, e proferida com tão quente entusiasmo, a apologia da frondosa majestade da mata de terra roxa, que já no dia imediato iria, em farrancho, vê-la, admirá-la de perto. Já lhe penetrava o âmago, olhava e ... não via a maravilha que tanto aos ouvidos me batera! Estava eu - era isso - familiarizado com a gigantesca e bela vestimenta das serras da Mantiqueira."

Naquele final de século, o opulento "oeste paulista" tornar-se-ia a região mais rica do Estado de São Paulo, atraindo migrantes de todos os pontos do vasto território brasileiro e estrangeiros "... gente de todos os quadrantes, transportada de improviso e em ânsia de recolher ouro à nova 'califórnia' ". Muitos dos que aqui chegavam buscavam instalar-se nos pequenos núcleos urbanos em formação, vista a necessidade premente de mão-de-obra especializada em atividades que exigiam um certo grau de instrução:

"Emigrar para a afortunada região paulista foi delírio coletivo. Não só emigrava o lavrador, e, sim, toda gente: artífices de todo gênero, pedreiros; carpinteiros; marceneiros; negociantes, industriais, médicos, farmacêuticos, agrimensores e quantos buscavam campo remunerador para sua atividade."

Entre estes, muitos fluminenses de localidades situadas no esteio do decadente Vale do Paraíba, como: Barra Mansa, Queluz, São José do Barreiro, Silveira, Bananal, Resende. Inúmeras famílias que se instalaram em todo o noroeste paulista passam a

agregar-se aos mandões preexistentes, compondo o poder nas Câmaras Municipais, fato que podemos facilmente verificar confrontando os sobrenomes listados por Renato, com os ocupantes de postos político-administrativos: Barreto, Nogueira, José dos Santos, Wathely, Jardim, Vieira de Souza, Ricardo Guimarães, Rocha Miranda, Custódio Arantes, Domiciano Assis, Pereira da Fonseca, os Pompéias, os Leites, os Carvalhos.

O jovem bacharel que registrou suas impressões da região de São Simão em 1889 muda-se para aquelas bandas um ano e meio depois. Seu deslocamento posterior para Batatais foi provavelmente influenciado pelo seu ofício, a exemplo de tantos outros profissionais liberais, como foi o caso análogo de Washington Luís.

2 – Renato Jardim, municipalista

Os primeiros contatos políticos de Jardim na localidade ocorreram por intermédio do líder do agrupamento governista, o médico Manoel Antônio Furtado, florianista extremado.

Rompe com Furtado para logo em seguida organizar uma facção independente de adeptos do marechal Floriano Peixoto, publicando “a sua custa e de amigos” o jornal “*O Nacionalista*”, um opúsculo de vida efêmera. No seu primeiro número anuncia seu caráter partidário:

“Folha oficial do Partido Nacional deste município, o Nacionalista, mais particularmente, será o representante de seus legítimos e elevados interesses, e como tal, não propondo esforços, não medindo sacrifícios, encontrar-se-á sempre onde quer que taes interesses o chamem.”

Cabe aqui destacar a polêmica iniciada com a publicação de um longo artigo intitulado “A esmola”, que tecia duras críticas à administração municipal de Washington Luís. A questão situava-se em torno da verba destinada pelo governo do Estado para conclusão de obras de canalização do Córrego dos Peixes, notícia que foi publicada com destaque em *A Lei*, o órgão oficial da municipalidade, que, inclusive, esclarecia que o representante do diretório do partido governista local Altino Arantes intermediaria o acordo como “*cumprimento de promessa política*”.

O comentário de *O Nacionalista*, assinado por Jardim, era incisivo em condenar tal acordo, fazendo referência ao projeto de

separação do distrito de Jardinópolis, que estava sendo votado favoravelmente pelo Congresso Estadual, demonstrando que a autonomia do município estava ameaçada:

“Esse auxilio demorou mas afinal ahi está elle: CINCO CONTOS DE REIS!

É desolador que em pleno regimen republicano um município que devia ser altivo, que tem o direito á mais subida [sic] consideração pelo pessoal selecto de que compõe-se, coloque-se em posição de receber uma affronta, como a que acabam de atirar-lhe nessa miseravel esmola!

Um osso que atira-se a um cão importuno.

Mas o governo tem razão. Município mendigo! Isso devia ter-se acabado com a monarchia.

.....
Não está isso, porém, de accôrdo com as necessidades da politicagem. O governo necessita de dinheiro para comprar o apoio dos municípios.

O nosso foi comprado por cinco contos ...

A desconfiança, de certa forma, procedia, pois se baseava no tratamento há muito dispensado ao município pelo estado, ainda mais que a importância concedida de cinco contos de réis não cobria todos os gastos necessários. Somava-se a isso o fato de o representante local dos governistas no Congresso Estadual, o coronel Eduardo Garcia de Oliveira, ter votado contra um projeto que destinava um auxílio de sessenta contos à cidade.

A resposta, publicada em destaque pelo *A Lei*, sairia em defesa igualmente longa e contundente da administração municipal, justificando o posicionamento diante do recurso estadual, através do argumento de que a Câmara era titular de um direito que encontrava na prática dificuldade em ser satisfeito:

“Autonomia municipal não quer dizer isolamento dos municípios, e, por ser município, não deixa de ser parte do Estado; não há despesas estaduais que não sejam feitas em municípios, porque o Estado não é mais que o agregado de municípios; o infinitamente pequeno que a Câmara vai receber não a coloca em posição humilhante, desagrada, sim, quem, tendo obrigação de entrar com bastante, entra com quase nada. (...) Os municípios são autônomos, mas não são soberanos; abastecem o Tesouro estadual com o produto de suas rendas e recebem como direito e não com

favor, a compensação na manutenção da magistratura, da polícia, da instrução pública e em auxílio às obras que empreende. Se, quando o Estado cumpre as suas obrigações para com os municípios, são esmoleres, praticam a caridade, deviam, então, recusar, como esmola, os Juizes de Direito, a polícia, etc."

O posicionamento exposto no trecho anterior esclarece o conceito de autonomia municipal de uma maneira mais realista, dentro do contexto republicano, pois a total emancipação local só poderia ser aventada no plano teórico, frente a uma situação de carência financeira, determinada, por um lado, pelas restrições significativas impostas pela legislação à capacidade tributária municipal e, por outro, pelo centralismo derivado do regime federativo.

O debate estendeu-se pelo ano seguinte cada vez mais contundente. Esse episódio, embora não afetasse a admiração que Renato tinha em relação ao futuro presidente da República, parece que determinou uma relação pouco amistosa que podemos deduzir de suas memórias:

"Como toda gente, conheci-o eu, tão só ao vê-lo passar. Rosto sisudo, com a mesma barba de ainda hoje, apenas diferente na cor; o corpo erecto; bengala em punho e – no inverno – conforme a moda, envolto num chale-manta. Não lhe falava eu, nem o achava simpático."

Para o ano de 1898 estava marcado um pleito municipal, e era quase certo que haveria conflitos de interesses entre os grupos rivais. As sessões regulares da Câmara estavam inviabilizadas devido a seguidas desistências e afastamentos, e para substituições foram convocados todos os suplentes disponíveis. Nessa oportunidade Jardim passou a ocupar uma cadeira para um triênio que chegava a seu termo.

Os assuntos que agitavam a municipalidade eram diversos, abrangendo a eterna preocupação com a criação de novas fontes de rendas, alteração nas posturas, uma greve de cocheiros, o aluguel de prédio para a Câmara, concorrências para as obras do mercado municipal e iluminação a gás acetileno, o projeto das intendenções distritais.

3 – A questão da instrução pública

A recondução de Washington Luís ao cargo de intendente era uma aposta acertada num tipo de administrador arrojado e capaz de desafiar decisões tomadas pelas autoridades estaduais, como se pode verificar no seu relatório de abril de 1898. Ao discutir sobre o item instrução pública, destaca principalmente a pouca relevância dada ao assunto pelo governo estadual responsável constitucionalmente pelo serviço. Criticava duramente o Secretário dos Negócios do Interior, que, em ofício, designava o poder municipal para as funções de inspeção escolar:

"[...] Não se permitem as rendas municipais que a Câmara assuma por enquanto a obrigação de prover ao ensino, visto os grandes compromissos que tem agora, mas é indispensável que se dirija ao governo estadual lembrando-lhe os seus deveres. Seria bom que o Estado fizesse menos leis e que as aplicasse melhor.

Nos princípios deste mês recebeu esta intendência um ofício do Exm^o. Presidente desta digna corporação, acompanhando uma circular [...] encarregando esta intendência do exercício de funções [...] sobre instrução pública. Sem o menor intuito de fazer censurar ou dar conselhos, ponderou esta intendência [...] que os presidentes das Câmaras não podem encarregar os intendentes de funções, porquanto estes não são substitutos ou subordinados daqueles.

[...] A Intendência esta assoberbada de trabalhos de natureza urgente e imprescindível ao bem municipal não lhe sobrando tempo para tomar a si serviços a cargo do Estado.[...]"

A preocupação de Washington tinha fundamentos, uma vez que a reforma educacional de Caetano de Campos não apresentara os resultados desejados, revelando-se a inoperância dos Estados na implantação de um eficiente aparelho escolar. Na visão deste, apesar da falta de recursos, poderia se transferir esta atribuição para as municipalidades que seriam mais competentes para organizar um ensino primário que satisfizesse os interesses de cada localidade.

O quadro educacional vigente no início da República é marcado por inúmeras propostas de reformas da instrução pública, numa sociedade que ganhava novas feições, na qual uma classe média composta de profissionais liberais, intelectuais, padres,

militares, comerciantes, industriais, entre outros, aumentava sua participação no intenso processo de modernização urbana que se operava no país. Em pouco tempo tal dinâmica levaria a uma inevitável ruptura das limitações impostas pela primeira Constituição republicana (1891). A dualidade social instituída (escolarizados *versus* não escolarizados) iria ser fortemente comprometida pelo grau de complexidade daquela estrutura social.

De uma maneira geral, não houve alterações significativas para a instrução pública, permanecendo basicamente com as mesmas características daquelas do Império. Continuou descentralizada, mantendo-se o ensino primário sob a responsabilidade das antigas províncias, agora transformadas em Estados federados. Porém, merecem menção as reformas realizadas em São Paulo no início da República (1890-1893) no ensino primário e na formação do magistério que serviram de modelo para os outros Estados.

Os governantes do Estado de São Paulo investiram na organização de um sistema de ensino modelar como sinônimo de progresso, funcionando como dispositivo de luta e legitimação na consolidação de sua hegemonia. A lógica que preside a institucionalização do modelo escolar paulista se processou com a Reforma Caetano de Campos. No ensino Normal a grande novidade foi a criação da Escola Modelo, anexa à Escola Normal. A Escola Modelo funcionou como uma espécie de "laboratório" para os futuros professores, pois, vendo como as crianças eram "manejadas e instruídas", esperava-se que eles propagassem os métodos de ensino e as práticas de organização da vida escolar.

Ao longo das duas primeiras décadas da República o sistema de ensino de São Paulo centrou-se na produção de um modelo escolar baseado em dispositivos de produção e visibilidade das práticas escolares. Nesse contexto, o Grupo Escolar é a instituição que sintetiza a modernidade pedagógica pretendida, dotada de ensino graduado e classes constituídas segundo o nível de adiantamento dos alunos. Apesar das tentativas realizadas no início da República para a implantação do ensino primário de oito séries, dividido em dois ciclos, foi somente a partir de 1920 que os Estados começaram a instalar cursos complementares ao primário, como curso geral básico, de preparação para a escola normal. Via de regra, a escola primária possuía um curso de quatro

séries, e o complementar, de duas ou três, variando a duração deste último nos vários estados da federação.

A instalação do primeiro grupo escolar em Batatais ocorreria somente em 1911, fato que confirma a colocação anterior, uma vez que tal empreendimento urbano, que significava prestígio político, dependia diretamente de fartos recursos e das relações com o poder estadual, duas condições que se apresentavam desfavoráveis para a intendência de Washington.

4 – As "escolas sem Deus" e a Escola Agrícola

Em vista dessa situação, o vereador Renato Jardim apresenta à Câmara um projeto de instrução pública "municipal" em novembro de 1899. Entre outras coisas, propunha: municipalizar o ensino primário; tomá-lo como sua responsabilidade, tornando-o obrigatório para as crianças de ambos os sexos ("de quaisquer condições pecuniárias") entre 7 e 12 anos de idade; e por fim declarava que o ensino "será leigo em matéria religiosa". A comissão encarregada de apreciar o documento deu parecer favorável, acrescentando uma emenda ao art. 42, aumentando o número de estabelecimentos:

"Ficam creadas e serão installadas no proximo anno de 1900 quatro escolas para o sexo masculino sendo uma na povoação de Brodoski, outra na de Matto Grosso, outra, no povoado de Santa Anna, em lugar designado pelo Intendente municipal e outra na cidade".

O projeto não previa a construção de locais específicos para o funcionamento dessas escolas, pois consta uma autorização para que o intendente despendesse recursos necessários para "aluguel", reparos e mobiliário.

Em seguida, foi expedido um regulamento que daria execução à lei n.124, também de autoria de Jardim, pontuando as disposições necessárias para organização do ensino público municipal. Quanto à criação das escolas, ficava claro que a localização era determinada pelo número de alunos matriculáveis, havendo, conforme o caso, escolas do curso primário (separadas por sexo), mistas (quando o número de alunos fosse inferior a 25) e as ambulantes (nos lugares em que as circunstâncias exigissem).

No programa de ensino do curso primário, as matérias se dividiam em três graus: preliminar, que compreendia as disciplinas de leitura, escrita, cálculos aritméticos até as quatro operações fundamentais e moral prática; intermédio, prevendo leituras, rudimentos de gramática portuguesa, escrita, caligrafia, cálculos aritméticos até frações, história do Brasil e moral; e, enfim, o complementar, composto de português, rudimentos de história e geografia universal, sistema métrico decimal, rudimentos de física e química, moral e educação cívica.

É interessante notarmos que as escolas ambulantes, embora tivessem um caráter provisório, adotavam os mesmos critérios de ensino das escolas fixas, sendo que os professores deveriam "demorar-se o tempo necessário em cada um dos pontos dos bairros [colônias nas fazendas?] sujeitos ao seu percurso, de modo que os alunos de cada um desses pontos recebam lições com intervalo nunca maior de uma semana".

O provimento no cargo de professor dependia de concurso público, a exceção no caso em que "... o candidato [...] tiver feito o curso da escola normal do município, quando entre os candidatos inscriptos não houver outro em idênticas condições". Um outro item instituiu o imposto escolar destinado a auxiliar a instrução, que deveria ser cobrado per capita, lembrando o antigo imposto de captação do Império.

Percebe-se no gesto do legislador uma tentativa de estabelecer um sistema de ensino gradativo que, embora fosse diferente da proposta dos grupos escolares, em vista dos recursos disponíveis, tinha como meta erradicar o analfabetismo tanto na zona urbana quanto na rural.

A iniciativa possuía um cunho principalmente positivista que, como podemos verificar, tinha a marca do seu autor, e, inclusive, essa característica viria a causar imensos dissabores quando o próprio assumiu a intendência no início de 1900. Renato, ao comentar sob a criação das escolas municipais, relata um episódio, que iremos retomar mais adiante, no qual o pároco local iniciou um movimento com o objetivo de combater a sua administração:

"Outras escolas, essas de ensino primário, haviam sido igualmente creadas pela Câmara, e com proveito para o município. Certo dia, "missões" realizando-se, ouvir-se-ia no templo, bem *industriado* pregador sacro estranho á ter-

ra, a combater, do púlpito, aquelas "escolas sem Deus" (inclusive a escolinha agrícola). Concitava as mães, o pregador, com sua voz tonitroante, a que não consentissem em tais "antros" a sua prole, "sob pena, dizia, de verem seus filhos transformados em cloacas de vícios, e as suas filhas ..." (não me permite o decoreto escrever completa a negra profecia!). Era a declaração de guerra as miseras escolinhas!"

Tais conflitos espelham num âmbito mais dilatado a concepção ultramontana em franco embate contra o regime republicano, a maçonaria e os valores liberais vigentes, a separação do Estado e da Igreja característicos no período.

O regulamento em vários momentos revela algumas ambigüidades. No que concerne à questão da obrigatoriedade, havia algumas exceções reveladoras, pois estavam desobrigadas de freqüentar: as crianças que residissem à distância maior de dois quilômetros da escola pública para meninos e de um quilômetro para meninas, aquelas que sofressem de "inabilidade física ou intelectual provada", e as que recebessem instrução em escola pública estadual ou escola particular, em suas próprias casas.

Como os quatro estabelecimentos criados se localizavam em núcleos urbanos, as crianças que moravam em colônias ou fazendas estavam duplamente impedidas de freqüentar as escolas, visto que auxiliavam suas famílias nas colheitas. Sendo assim, podemos mensurar que parcela significativa permaneceu sem acesso à educação municipal, se somarmos àquele contingente os incapacitados e as meninas, uma vez que as escolas criadas eram do sexo masculino.

Há de se notar que a escola mista, a exemplo da ambulante, não parece constituir alternativa desejável, a separação dos sexos prevalece como opção mais adequada, assegurando os ditos preceitos morais de uma sociedade conservadora, que limitava a participação das mulheres no mercado de trabalho, restringindo-as ao papel de mães e professoras.

Retomando os debates de 1899 a respeito do projeto de instrução pública de Batatais, Washington apresentou um código municipal que reafirmava o ideário autonomista. Reunindo diversos atos inovadores, como o das intendências distritais, implantou a divisão de poderes que separava o poder executivo do

legislativo, com atribuições diferenciadas. O estabelecimento e a organização da instrução pública figuravam em destaque.

No início do ano seguinte, Renato Jardim, que ocupava a presidência da edilidade, permutou de posição com Washington, passando a ser o novo intendente. Em fevereiro a primeira comissão deu parecer final, aprovando o regulamento da instrução e as verbas orçamentárias para sua subvenção, aliás, nota-se neste período um significativo aumento nos gastos com instrução pública; o orçamento de 1902, por exemplo, destinou mais de um terço da despesa ao ensino primário e às escolas públicas, além do auxílio à "Escola Nocturna Dr. Washington Luís". Na sessão de 2 de outubro sancionou-se uma lei criando mais três escolas primárias nos bairros de Rancho Novo, Silvas e Ilha, e uma cadeira de adjunto na escola da cidade.

Por essa época espalhavam-se pelo interior paulista os Clubes da Lavoura, enquanto a Sociedade da Agricultura, presidida por Carlos de Arruda Botelho, buscava difundir novas tecnologias e culturas agrícolas. Um ilustre membro desta associação, Antônio Cândido Rodrigues, foi então escolhido Secretário da Agricultura, dando alento ao movimento com propaganda vigorosa, ao qual aderiu o intendente batataense que buscou, então, um local apropriado para instalação de uma Escola Agrícola:

"Havia a esse tempo, na localidade, o "Potreiro". Chamava-se assim uma vasta extensão de campo confinante com a zona urbana, campo êsse outrora destinado a logradouro de montarias de roceiros, quando, numerosos acudiam estes à cidade, para a missa dos domingos ou por ocasião das festas religiosas. Ao alto e centro desse campo, erguia-se uma boa casa que a previdência da administração local, anos, antes, edificara para 'isolamento' em caso de epidemia, mas nunca como tal utilizada. 'Que belo destino a dar àquilo - pensou-se - uma escola elementar de agricultura!'"

O estabelecimento fundado em 1901 contou, na solenidade de inauguração, com a presença do próprio secretário Cândido Rodrigues, de Carlos Botelho e "faustosa comitiva". Um ofício do dia 2 de outubro dirigido à municipalidade pelo Inspetor de Agricultura Julio Brandão Sobrinho propunha que a "escola agrícola municipal se denominasse 'Instituto Renato Jardim'".

A escola compreendia três cadeiras: consolidação de estudos primários; elementos da física, química e história natural; e noções de agricultura, teórica e prática, havendo, inclusive, um "mestre de cultura". Para Jardim, a finalidade daquele estabelecimento era de "contribuir para a organização racional do trabalho agrícola", entretanto, suas intenções foram mal compreendidas, pois acabou acusado pela Igreja de "propagar o ateísmo".

Os conflitos com o pároco local tiveram início, segundo Jardim, com a criação de um cemitério municipal, o que reduziu conseqüentemente os proventos pecuniários da fábrica da Igreja, o que explica os ataques às escolinhas municipais. Surge, então, um periódico de combate ao intendente, que tinha como seu ilustre colaborador o mesmo pároco.

A Câmara foi então atingida diretamente, sendo que um vereador chegou mesmo a renunciar, e outros cinco passaram a negar comparecimento, inviabilizando o funcionamento das sessões até que o mandato do agente executivo tivesse fim. Nesse ínterim, o destino da escola agrícola foi resolvido por "um acordo, *movido de cima*", transferindo-se "para o governo do Estado, que a transformaria em Posto Zootécnico".

Renato acabou mudando-se para Ribeirão Preto em 1905, onde encontrou um clima propício para desenvolver seus projetos na área de educação como *lente* e depois diretor do famoso Ginásio do Estado "Otoniel Mota", mas esta é uma outra história.

PEREIRA, R. M. & MAGALHÃES, S. M. Renato Jardim, autonomist and educator: "atheist schools" and Agricultural school. AMICUS. Batatais-SP, nº 5, p. 56-68

ABSTRACT: This aim os this article is to analyse the actions of Renato Jardim as defensor of the autonomy of the municipality and public education.

KEYWORDS: Migrants, municipal autonomy, public education, positivism.

REFERÊNCIAS

a) Documentação

- Câmara Municipal de Batatais:
 Atas da Câmara (1892-1898);
 Atas da Câmara (1899-1901);
 Atas da Câmara (1º/10/1901-4/10/1902);
 Atos Administrativos (caixas: 8, 13/14).
 - Periódicos:
O Nacionalista. Batatais.
A Lei. Batatais.

b) Livros e artigos

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.
 CARDOSO, Walter. Prefeito ou Intendente, eis a questão. In: AMICUS. n.3, 2001. pp.61-72.
 CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira. *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 225-252.
 CUNHA, Marcus Vinicius da. *O velho Estadão: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Ottoniel Mota*. São Paulo: Palavra Mágica, 2000.
 FERNANDES, José Augusto. *Bom Jesus da Cana Verde*: Batataes de outr'ora. São Paulo: [s.n.], 1939.
 JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 JARDIM, Renato. *Reminiscências*. De Resende, Estado do Rio, às plagas paulistas: S. Simão, Batatais, Altinópolis e Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946.
 LEVILAN, Phillipe. Os protagonistas: a biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
 PEREIRA, Robson Mendonça. O municipalismo de Washington Luís através de sua experiência em Batatais: apontamentos a uma preocupação (1892-1900). In: *Estudos de História*. Franca. v.3, n.2, 1996. pp.153-171.

c) Legenda

ACMB – Arquivo da Câmara Municipal de Batatais.

TOPOGRAFIA

**AS TERRAS DOADAS POR GERMANO MOREIRA E
 SUA MULHER ANA LUÍZA AO FUTURO
 PATRIMÔNIO DA CIDADE DE BATATAIS**

Carlos Junqueira NOGUEIRA *

A escritura de doação data do ano de 1823.

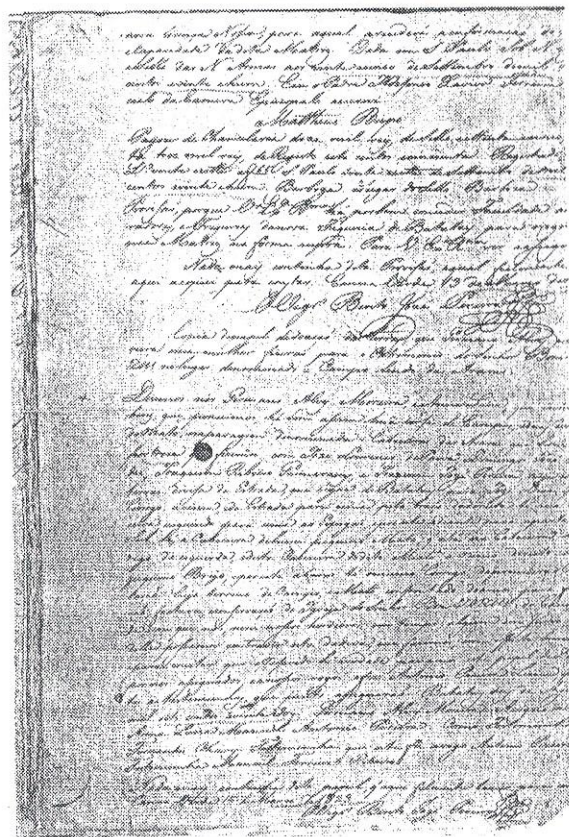
Por trilhas e sendas, quem ascendesse a atual rua Arthur Lopes de Oliveira, nos idos de 1823, no seu cume, toparia uma fonte de águas cristalinas. Era, sem dúvida, um presente da natureza no "divortium aquarum" das duas nossas bacias: a do "Córrego do Capão das Araras" e a do "Córrego dos Peixes", esta de utilidade futura, aquela dando vida à novel e nascente Batatais.

Jorrava ela bem próximo de onde se realiza hoje em Batatais "A Festa do Leite". Foi desta mesma nascente, custodiada por um espesso capão, que em 1886, em outubro, quando da inauguração da "Estação Mogyanna", ruflando as asas, sacudindo as penas, voaram de dezenas a centenas de araras coloridas, ao aproximar-se do "Capão do Guaripu" a primeira locomotiva. Iniciava ali o polígono doado por Germano Alves Moreira e sua mulher. O documento desta escritura de doação, redigido pelo nosso segundo pároco Bento José Pereira, data do ano de 1823. Sua letra miúda e fina, bem talhada, e a redação primorosa indiciavam boa cultura do prior. Supriu bem "a rogo" o nosso casal doador a bela assinatura do cura. Posto o início do memorial descritivo, sigamos o seu roteiro: desta fonte, como referência, fluía ela pela atual avenida XIV de Março, onde receberia suas primeiras águas aditadas perto da atual rua José Jorge; daí, ainda cristalina e abundante, ganharia as águas de uma vertente próxima à atual rua Júlio de Mesquita. Já eram consideráveis suas águas; pouco à jusante à sua margem esquerda, receberia ela as águas de uma outra nascente próxima entre a rua Ana Luíza e a São Paulo (atuais); são hoje estas águas conhecidas como sendo do Centro de Cultura Física de Batatais. Agora o nosso "Córrego do Capão das Araras" avolumava-se. Desce ele, então, por suave

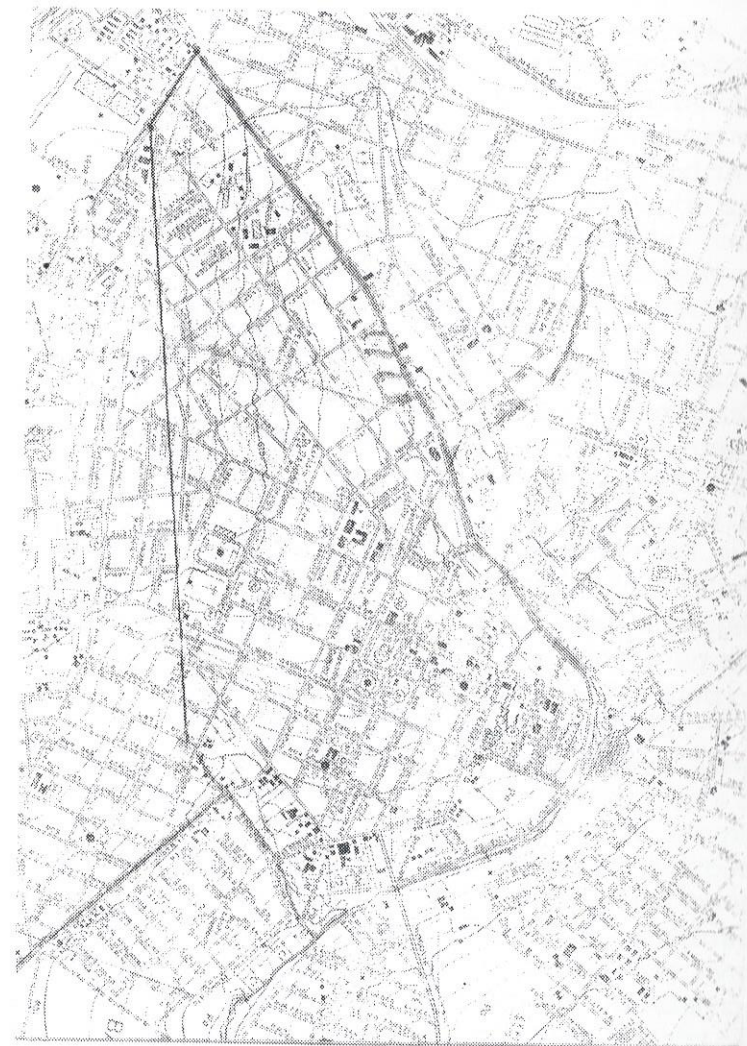
* Advogado e topógrafo, cultor da memória de Batatais.

declive até receber as águas de uma outra nascente, às imediações da rua São Paulo com uma outra nascente irmã, talvez do mesmo lençol. Estas águas formariam a "Bacia do Córrego do Capão das Araras", a mais importante de nossa cidade.

Falharia se não fizesse uma menção especial àquela nascente irmã, do mesmo lençol talvez, mas que iria ser o principal fator da abundância de suas águas nesta altura. Refiro-me à fonte do Colégio São José, que desde os primórdios de sua existência alimentava-se deste manancial. Aditadas estas águas, flui agora o "Córrego das Araras", ora silente, ora saltando sobre pedras e troncos, ora sereno, ora encachoeirado, até oferecer seu belo espetáculo com a "Cachoeira dos Cayapós."



Fac-símile da Carta de Doação, que se encontra no Livro do Tombo n. 1 (fls 19 v) da Freguezia do Senhor Bom Jesus dos Batataes



Perímetro da área da doação sobre o mapa atual de Batatais

Contudo, as terras do doador não iam tão longe, demonstravam elas um pouco à montante da bela cachoeira e, então, a referência da escritura era por uma pequena água que nascia junto à "Estrada dos Bandeirantes", precisamente no fim da rua dos Andradas (atual) com o começo da avenida Mário Mar de Barros (atual). Descreve o roteiro que, ao saltar a refe

estrada, entrava-se por um pequeno paul, ainda com vestígios nos dias de hoje, próximo ao Supermercado Nori (Vila Lúcia). Deste ponto de referência é fácil concluir seu fechamento, é fácil calcular o seu rumo e o seu quadrante, em demanda pelo aclave da rua Arthur Lopes de Oliveira até deparar com a nascente onde teve sua origem e fim a presente descrição perimétrica. É desta fonte que viveu Batatais até o ano de 1872, quando vamos encontrar vasilhas oblongas de aroeira, distribuindo penas d'água para as suas 200 casas.

A carta de doação do campo lindo das araras

"Dizemos nós Germano Alves Moreira, e Anna Luiza, que entre os bens, que possuímos, há bem assim hua sorte de Campos, e duas restingas de mato paragem denominada Cabeceira das Araras, que havemos por troca que fizemos com José Lourenço de Paiva, Domingos José Fernandes, Joaquim Ribeiro Guimaraens, e Joaquim Jozé Pereira, cuja sorte de terras divisa da Estrada, que segue de Batataes para Jozé Dias pelo Corrego acima, e da Estrada para cima pelo braço da direita té sua Cabeceira, e seguindo para cima ao Espigão, e por este adiante para a parte do Sul té a Cabeceira de hum pequeno mato, q. está na Cabeceira do Corrego da esquerda, e desta Cabeceira do dito mato a rumo direito a hum pequeno Brejo, e por este abaixo té o mesmo Corrego da primeira confrontação : cujo terreno de Campos e Mato confrontado doamos para a fundação, factura, e conservação da Igreja do Senhor Bom Jesus da Canna Verde, sem que nós, nem nossos herdeiros em tempo algum em Juizo, ou fora delle possamos contravir esta dadiva, que fazemos, e com effeito temos feito, e para constar que o referido há verdade passamos este papel de doação por nós assignados, e a nossos rogos o fez Antonio Pereira Lima, presentes as testemunhas, que junto assignarão. Batataes deis de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois. Germano Moreira, Assigno a rogo de Anna Luiza, Manoel Antonio Pereira. Como testemunha Luis Fernandes Chaves. Testemunha que este fiz a rogo Antonio Pereira Lima. Testemunha Manoel Ferreira Ribeiro.

Nada mais continha dito papel q. aqui fielmente lancei para constar. Canna Verde, 15 de março de 1823. O Vigº. Bento Jozé Pereira." (Tambellini, 2000, p.239-40)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Tambellini, Jesus Machado. *A Freguezia dos Batataes*. São Paulo. Carthago Editora, 2000.

OS QUATRO HERÓIS

Gaspar de Sousa PRADO NETO *

O documento que publicamos a seguir chegou às nossas mãos, graças à gentileza do amigo Ézio Girardi Júnior, neto de um dos protagonistas da “excurção”, a quem agradecemos.

Apesar do estilo telegráfico adotado, o relatório da excursão fala por si mesmo, dando-nos a dimensão do abismo tecnológico que nos separa dos idos de outubro de 1925.

Quatro jovens bem sucedidos na Batataes de então: José Lazzarini Sobrinho, gerente de banco; Zeferino Girardi, agropecuarista; Joaquim Victor de Oliveira, corretor de imóveis e capitalista; Gustavo Simioni, cartorário, tendo em comum, certamente, a amizade, empreendem uma viagem que, por capricho de um dos viajantes, ficou registrada, cabendo a cada leitor saborear a seu modo o texto e, através dos detalhes relatados, reconstruir uma época que não volta mais.

* Pesquisador da iconografia de Batatais.

*****EXCURSO*****

Feita em autocarrozilha marca "FIAT"
de propriedade do sr. JOSE LAZZARINI SOBRINHO
e sua comitiva composta dos srs. DEFERENIO GIRARDI, JOA-
QUIM VICTOR DE OLIVEIRA E GUSTAVO SIMIONI.

DIA 19 de Outubro de 1925

6 horas e 15 minutos	-	Partida de Batataas.
8 " e 35 "	-	Passagem por Eng. Brodowski.
8 " e 52 "	-	Passagem por Sarandy.
7 " e 20 "	-	Chegada em Ribeirão Preto.
7 " e 35 "	-	Partida de Ribeirão Preto.
7 " e 50 "	-	Passagem por Dumont.
8 " e 10 "	-	Incidente (Parada para trocar camera de ar furada)
8 " e 25 "	-	Partida.
8 " e 50 "	-	Incidente (Parada para trocar camera de ar furada)
9 " e 2 "	-	Partida.
9 " e 17 "	-	São Martino. (Passagem)
9 " e 35 "	-	Passagem por Villa Nova.
9 " e 50 "	-	Passagem por Guariba.
10 " e 15 "	-	Passagem por Motuca.
11 " e 20 "	-	Parada para o almoço.
11 " e 35 "	-	Partida.
11 " e 45 "	-	Passagem por Rincão.
12 " e 15 "	-	Chegada na Fazenda de Rincão.
12 " e 30 "	-	Partida da Fazenda.
12 " e 50 "	-	Passagem por Sta. Lucia.
13 " e 25 "	-	Passagem por Americo Brasilense.
13 " e 50 "	-	Chegada em Araraquara.
15 " e 25 "	-	Partida de Araraquara.
15 " e 45 "	-	Passagem por Itaquaré.
15 " e 55 "	-	Passagem por Mattão.
16 " e 5 "	-	Errada de 3 kilometros.
16 " e 25 "	-	Incidente (Parada para trocar camera de ar furada)
16 " e 30 "	-	Partida.
16 " e 40 "	-	Passagem por Sobrada.
17 " e 10 "	-	Passagem por Stas Ernestina.
17 " e 25 "	-	Chegada a Taquaritynga.
18 " e 10 "	-	Partida de Taquaritynga.
18 " e 25 "	-	Passagem por Jurema.

hora	minutos	evento
18	0 35	- Passagem por Jurema.
18	0 40	- Salvação de um bezerro caído no mataburro.
18	0 42	- Passagem por Sapezeiro.
19	0 10	- Passagem por Agulha.
19	0 55	- Chegada em Sta. Adelia. (Pousada)
Dia 20 de outubro de 1935		
6	0 30	- Partida de Sta. Adelia.
7	0 5	- Passagem por Fındorama.
7	0 25	- Chegada em Catanduva.
7	0 55	- Partida de Catanduva.
8	0 13	- Passagem por Caputira.
8	0 22	- Passagem por Villa Elizario.
8	0 40	- Encontro de uma CASCAVEL de 2 metros de comp. (Parada)
8	0 45	- Partida.
9		- Passagem por Ibirá.
9	0 38	- Passagem por Potirondaba.
10	0 3	- Passagem por Potuva.
10	0 20	- Chegada a Cedral.
12	0 10	- Visita a Fazenda.
15	0 50	- Partida de Cedral.
18	0 10	- Passagem por Eng. Smith.
18	0 30	- Chegada a Rio Preto.
20	0 55	- Partida de Rio Preto.
21	0 20	- Passagem por Eng. Smith.
21	0 38	- Incidente (Fura uma camera de ar.)
21	0 40	- Chegada a Cedral. (Pousada)
Dia 21 de outubro de 1935		
7	0 35	- Partida de Cedral.
7	0 48	- Passagem por Eng. Smith.
7	0 55	- Incidente (verificação de fumaceira no escapamento)
8	0 5	- Partida.
8	0 10	- Incidente (Agua no dynamo.)
8	0 45	- Partida.
9		- Chegada a Rio Preto.
13	0 23	- Partida de Rio Preto.
14		- Passagem por Barra Funda.
14	0 40	- Chegada a Nova Granada.
14	0 50	- Partida de Nova Granada.
15	0 25	- Incidente (Encontro a uma fera)
15	0 30	- Chegada a Tojo.
18	0 20	- Saída do Tojo.
16	0 30	- Passagem por Ingá.
18	0 5	- Chegada a Agua Doce. (Pousada)
24		- SERRINATA.
Dia 22 de outubro de 1935		
8	0 10	- Partida de Agua Doce.
6	0 25	- Chegada a CACHOEIRA DE MARIMBONDO.
9	0 5	- Passeio de barco a cachoeira dos Patos.
12	0 15	- Partida da CACHOEIRA.
12	0 30	- Chegada a Agua Doce.
12	0 40	- Lanche almoço (especialidade FURÉ)
14	0 20	- Partida de Agua Doce.
14	0 30	- Incidente (encontro a um cupim, pela outra machina)
14	0 38	- Partida.
15	0 45	- Chegada a Guaracy.
16		- Partida choroqn.
18	0 30	- Passagem por Tanques.
17	0 10	- Incidente (Treca de camera de ar furada)
17	0 20	- Partida.
18	0 35	- Chegada a Barretos. (Pousada)
Dia 23 de outubro de 1935		
8	0 30	- Partida de Barretos.
7	0 25	- Incidente (Caída no mataburro.)
7	0 45	- Partida.
8	0 25	- Incidente (Caída numa ponte de bicca)
8	0 43	- Partida.
8	0 55	- Chegada ao Porto D. Henriqueta.
9	0 45	- Partida de Porto.
11	0 30	- Chegada a Morro Agudo.
11	0 45	- Partida de Morro Agudo.
12	0 35	- Passagem por Orlandia.
12	0 50	- Chegada a Salles de Oliveira.
12	0 55	- Partida de Salles de Oliveira.

14 HORAS -- CHEGADA A BATATAES.

JOÃO PACA*

Joaquim Borges de SOUZA**

Seu verdadeiro nome era João Benedito da Fonseca. Deve ter nascido por volta de 1930 ou pouco antes. Era filho de Antônio Teodoro da Fonseca e de d. Palmira Siena Fonseca. Seus avós paternos foram João Teodoro da Fonseca e d. Maria Luísa Moreira Fonseca. Esta última pertencia a uma grande família batataense. Ele nasceu no sítio chamado Capão Grande, de propriedade desse avô. O sítio ficava a uns 8 km de Batatais, saindo por uma vicinal no Alto Testa, hoje Alto da Bela Vista.

Celibatário convicto, foi apelidado de João Paca com muita razão, já que, como toda sua família, do avô aos netos, gostava de caçar pacas. Tanto que os vizinhos, quando ouviam latidos de cachorros, logo se perguntavam se era algum dia santo, já que os Teodoros estavam indo para a caçada. Na verdade, parece que eles guardavam mais dias santos do que os outros. João Paca tinha muitos cachorros. Todos magros. Dizia que não os alimentava bem para que corressem atrás dos bichos e os matassem. Eles sabiam que, se não caçassem, não comeriam. Ou seja, o problema da alimentação era deles. Que se virassem!

O velho João Teodoro, como era conhecido, era marcador de quadrilha. Falava grosso. Gostava também do jogo de bocha e de bailes. Já o neto, o nosso João Paca, gostava da cantoria de Reis. Tocava cavaquinho e era o embaixador da folia. Saía para cantar nas fazendas e sítios. O interessante é que, nessas ocasiões, ia sempre descalço, chovesse ou fizesse sol. Era uma promessa que tinha feito. Não podia quebrar o juramento, pois isso seria, em sua opinião, um grande pecado. Por não usar calçado nas festas religiosas, acabou apanhando uma doença nos pés, da qual sofreu o resto da vida. Vivia freqüentemente com eles sangrando e enfaixados. Usava então sandálias de dedo. E mesmo andando

*Reescrito por José Carlos de Medeiros Pereira com base no original redigido por Joaquim Borges de Souza.

**Funcionário público aposentado. Expedicionário, participante da FEB (Força Expedicionária Brasileira), que lutou na Itália, em 1944-45.

com dificuldade, todo o ano saía com sua folia de Reis.

Alegre como era, vivia sempre brincando, contando "causos", fumando seu cachimbo. Por sinal, o fumo que usava era bastante forte e de cheiro não muito agradável. A mais de uma quadra de distância, a gente sabia que ele vinha vindo por causa do cheiro do pito. O vício fazia com que ele próprio cheirasse a cachimbo. Amigo de muitos, sempre que numa casa lhe era oferecido um cafezinho, aceitava. Depois, enchia o pito e dava suas baforadas mal-cheirosas. Era gari da Prefeitura, mas sempre encontrava alguém para bater um papo, fazendo o dia passar mais depressa. Juntava as folhas caídas das árvores e lhes punha fogo. Assim não precisava carregá-las no carrinho para deixá-las no lugar apropriado para o caminhão retirá-las.

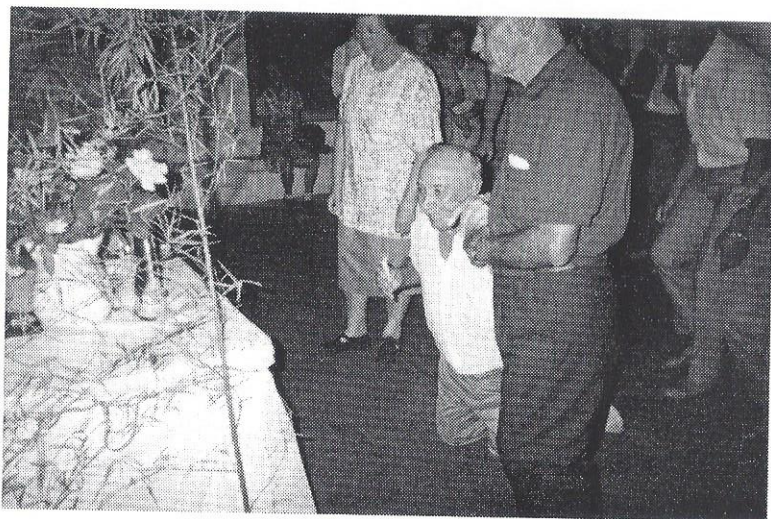
Trabalhava no Castelo, bairro no qual parecia conhecer mais pessoas. Sossegado, ao final do dia guardava o carrinho em alguma oficina, para apanhá-lo no dia seguinte e continuar a mesma rotina.

Solteirão, zelava da mãe com todo o cuidado. Ela ficou esclerosada. Tinha com ela imensa paciência. Tendo chegado o dia da aposentadoria, pôde dedicar-lhe mais tempo, mas também à folia de Reis, aos instrumentos e às panelas. Fazia almoços para os foliões e convidados. Nos dias de festa, rezava o terço, cantava, louvando os santos. Depois eram servidos os comes e bebes. Os comes eram, sobretudo, pão com carne moída e biscoitos. Os bebes eram refrigerantes de litro e vinho. Como não podia deixar de ser, este era das marcas mais baratas, pois os recursos eram poucos. Mas ainda que o vinho não fosse grande coisa, todos o tomavam com gosto. Às vezes aparecia algum sanfoneiro. Fazia-se então um pequeno baile. Tudo terminava às 22 horas, quando os presentes se dirigiam para suas casas. João Paca, já no dia seguinte, começava a fazer planos para o próximo ano. Um dos seus orgulhos era contar para todos os que conhecia como a sua tinha sido uma festa de arromba!

João Paca era devoto de São Bom Jesus da Lapa. Ia de Batatais a Jardinópolis participar da procissão no dia 6 de agosto. Ia descalço e a pé, pela vicinal Mariano Gera. Todo o ano era a mesma coisa. Não aceitava conselhos de ninguém para deixar de fazer tamanho sacrifício. Segundo me foi dito por pessoas conhecidas dele, numa das últimas vezes que foi a Jardinópolis, lá chegou

com os pés machucados, sangrando, sem condições para acompanhar a procissão. Nesse ano, teve de voltar de carro para Batatais. Mas até sua morte, nunca deixou de cantar na festa de Reis e ir a Jardinópolis para a festa de São Bom Jesus da Lapa.

Da dança de São Gonçalo, da qual era cantador, também gostava. Devoto fervoroso do santo, certa vez vi-o ir até o altar, de joelhos, para beijar a imagem. Quando lá chegou, os joelhos já estavam sangrando. Quis repetir o ato no segundo voto, mas o chefe da festa não permitiu. Argumentou que sua teimosia não seria do agrado de São Gonçalo e que ele não lhe perdoaria por isso. Na ocasião tive oportunidade de tirar uma fotografia de João, seguro por outras pessoas. Parecia um preso sendo levado à força para a cadeia.



João Paca em Festa de São Gonçalo

Uma das histórias mais hilariantes de João Paca foi a da sua candidatura a vereador. Não tinha nenhuma noção de política. Apenas entusiasmo. Convencido por alguns políticos a se candidatar, subia aos palanques e repetia o que eles lhe diziam. Lembro-me de que, uma vez, afirmou num comício: "Sabem por que me chamam de Paca? Por causa dessa cachorrada que anda

por aí, falando da gente. Eles é que não prestam". Esses "eles" eram os candidatos dos partidos adversários. Quando João Paca participava, o nível dos comícios baixava muito. De qualquer modo, sua atuação deixou a desejar. Não conseguiu convencer os eleitores. Teve apenas sete votos!

Um dos seus sonhos era construir uma capela dedicada aos Santos Reis no Alto da Vila Cruzeiro. Queria que seu nome, após o término das obras, fosse gravado em alguma parte do futuro templo. Aos sábados e domingos, levantava cedo, apanhava a enxada, uma garrafa de café, alguma coisa para comer e lá se ia para o lugar escolhido. Arrumava o terreno, capinando-o e aterrando-o. Pedia um saco de cimento para um, um de cal para outro, areia, blocos. Acabou conseguindo que algumas pessoas o ajudassem. Fazia festas para arrecadar algum dinheiro. Com o auxílio de pedreiros e serventes, as paredes começaram a subir. Chegaram a ser respaldadas. Com qualquer tempo lá estava ele, animado, trabalhando, sempre aos sábados e domingos. Colocou até o madeiramento. Mas as economias dos Santos Reis acabaram. João Paca, que já estava muito doente, teve de abandonar a obra. Sua saúde piorou muito, tanto que foi encaminhado para o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Faleceu depois de vários dias de sofrimento, em 1999, creio. A capela em construção, à qual tinha dedicado tantos trabalhos e sacrifícios, acabou sendo demolida.

ESPELHO DE SE MIRAR E ADMIRAR

José Vanderlei MACHADO*

Boas notícias de poesia. Vêm lá de dentro dos muros do prédio neoclássico do velho Colégio São José, hoje, em novas tintas, Centro Universitário Claretiano. O ESPELHO – Antologia do curso de Letras – veio justamente refletir o trabalho dos seus alunos, do corpo docente e administrativo.

Desde o projeto gráfico até o artístico, o livro nos surpreende pela sensibilidade e bom gosto. Contando com a idealização e entusiasmo da professora Nancy Coutinho Marinelli, o presente lançamento pode estar inspirando novos trabalhos no Centro Universitário Claretiano e enriquecendo a vida intelectual em Batatais.

A apanha das poesias teve sua safra nas aulas ministradas pela professora Nancy. Os textos foram selecionados da produção dos alunos; textos muitas vezes nascidos em plena prova. A estratégia utilizada pela professora consistia em aproveitar o “aquecimento” proporcionado por aqueles momentos de prova para dar asa à imaginação. Muitos se inspirariam com esse clima.

No plano teórico da produção dos textos, a Nancy se valia primordialmente do conceito de Intertextualidade, desse diálogo que as obras têm consigo mesmas na história da Literatura, desse cavaquear íntimo e silencioso dos textos, que nada mais é do que o rodear dos homens de todas as épocas ao sopé dos mesmos temas universais. A propósito, como bem diz o jovem Alexandre Bonafim, também aluno de Letras, em seu arguto e metapoético prefácio, “a intertextualidade é uma amizade essencialmente verbal. É a palavra costurando os seres, exercendo sua função primeva, a de espelhar, como um prisma silábico, os indivíduos uns nos outros”.

Partindo disso e munidos de outros recursos formais, extraídos à luz da Lingüística, Semiótica e Teoria Literária, das obras

dos mestres Drummond, Bandeira, Cecília Meireles e outros, iniciava-se o trabalho com os textos. Colocados diante dos poemas desses autores e orientados para ler em suas estruturas os paralelismos, as tessituras formais, sonoras e plásticas, as metáforas, as imagens e o enfoque temático do texto, era dada a largada da “prova poética”.

O cotejo com o texto modelar nos dava de antemão um recorte temático e algumas dicas técnicas. Com esse recurso especular, como a professora Nancy dizia, o aluno se punha a refletir, a se vergar sobre o texto literário, pondo em prática um jogo de flexão e reflexão. Naqueles momentos, vestindo a persona poética, conforme Ezra Pound, e cutucando o estro poético, latente em todos nós, éramos, malgrado nós mesmos... poetas... O fruto dessa alquimia faria nascer o ESPELHO.

De Cecília Meireles, por exemplo, de seu verso “Quem me compra um raio de sol”, sairia “Quem me compra um castelo encantado?”, de Elizete Oliveira Alves. De Hilda Hilst, de seu verso “Entardeci possuída de infância”, jorrou este esférico, parmenídico poema de Luis Ricardo Alves Peixoto:

Outro dia, quando ainda menino,
me fascinou a idéia de futuro:
eu adulto.

Noutro dia, quando já adulto,
me fascinou a idéia de passado:
eu menino.

Hoje, quando cismo,
me fascina a idéia de tempo:
eu menino-adulto.

Mas há muito mais para se ver e admirar nesse ESPELHO de tantas faces, de tantas vidas, que nos surpreende a cada página, a cada leitura.

Parabéns a todos os responsáveis por essa criação! Que os seqüenciais entrevistados em “ANO I, Nº 1 e 2001” saiam desse prelo virtual para a realidade. Que não demore a nova safra...!

* Aluno do 3º ano de Letras do Centro Universitário Claretiano – Batatais-SP.

ÍNDICE DE AUTORES

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina Cardoso, p.32

CARDOSO, Walter, p.18

MACHADO, José Vanderlei, p.80

MAGALHÃES, Sônia Maria de, p.56

MORAES, Ary Toledo, p.06

NOGUEIRA, Carlos Junqueira, p.69

PEREIRA, José Carlos de Medeiros, p.76

PEREIRA, Robson Mendonça, p.56

PRADO NETO, Gaspar de Sousa, p.74

SOUZA, Joaquim Borges de, p.76

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

A Revista **AMICUS** publica trabalhos inéditos, relativos principalmente a Batatais e região. Os textos serão redigidos de preferência em português.

Recomenda-se que os artigos apresentem os seguintes itens:

Título, autor(es), identificação do(s) autor(es), *Resumo*, (de no máximo cinco linhas) e cinco *Palavras-chave*, antecedendo o texto. Sucedendo a este, *Abstract* e *Keywords*. Completam o texto, sucedendo-o: *Referências Bibliográficas* (obras citadas no texto) e *Notas*, para esclarecimentos considerados necessários. Utilizá-las o mínimo possível e numerá-las na entrelinha superior do texto.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original serão devolvidos aos autores.

Além de artigos, a Revista AMICUS terá, entre outras, as seguintes seções: Arquivos, Bibliotecas e Museus, Entrevistas, Memórias, Noticiário, Resenhas e Teses, além de outros textos, considerados compatíveis com os objetivos da Revista.

Maiores esclarecimentos acerca das normas de apresentação de original serão prestados pelo Conselho Consultivo de Publicações.

E-mail: amicus@netsite.com.br